



GARANTIA
SEGUROS

RELATÓRIO & CONTAS 2019



GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Capital Social 400.000.000\$00 CVE

Matrícula N.º 13

NIF: 200110322

www.garantia.cv

Sede

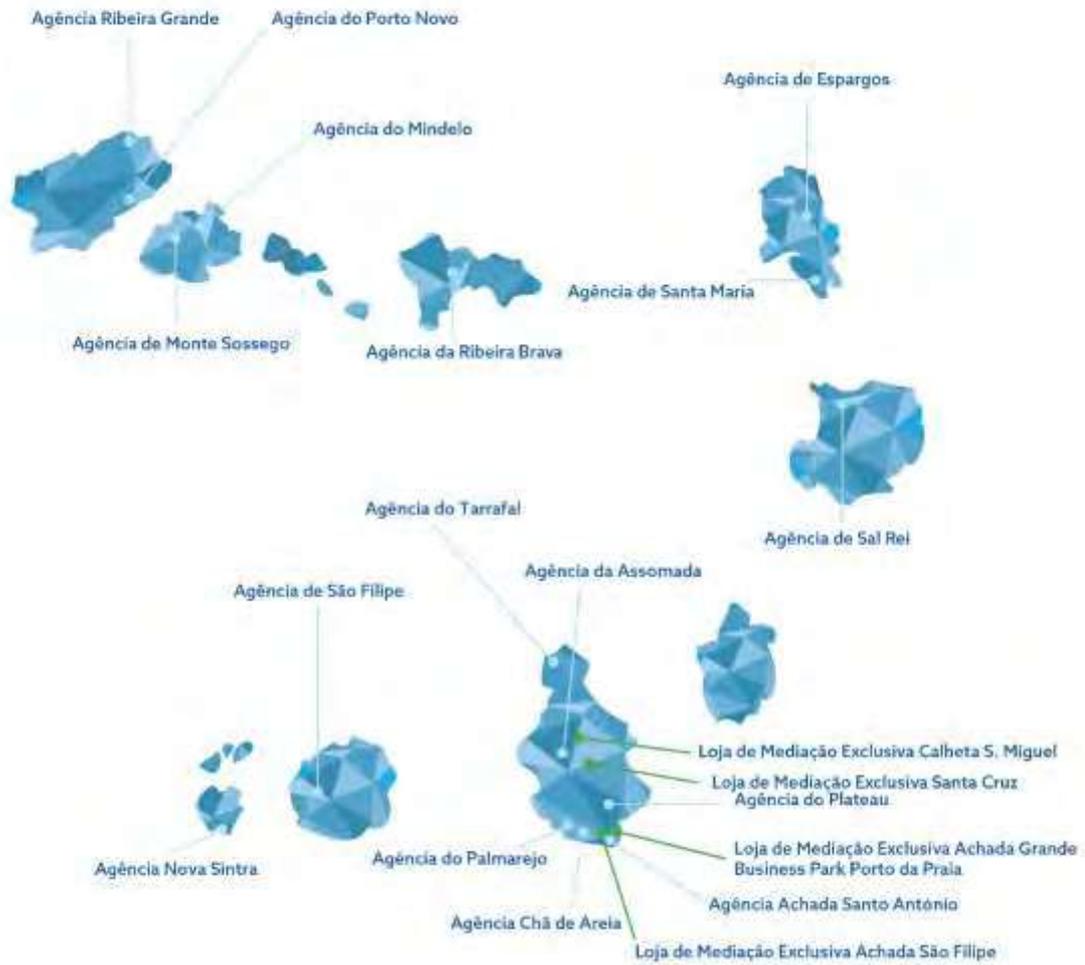
Chã de Areia,

C.P. 138 – Praia

Tel.: (+238) 260 86 00

Fax: (+238) 261 61 17

MAPA GARANTIA SEGUROS



ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	5
2. PRINCIPAIS INDICADORES	6
3. APRESENTAÇÃO DA GARANTIA SEGUROS	7
3.1. A NOSSA HISTÓRIA	7
3.2. ESTRUTURA ACIONISTA	11
3.3. POSICIONAMENTO NO MERCADO	11
4. A NOSSA ATIVIDADE EM 2019	13
4.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.2. MERCADO SEGURADOR CABO-VERDIANO	14
4.3. LINHAS DE ATUAÇÃO	16
4.4. EQUIPA DA GARANTIA	17
5. A PERFORMANCE ECONÓMICA EM 2019	18
5.1. CARTEIRA DE PRÉMIOS	18
5.2. SINISTRALIDADE DA CARTEIRA	19
5.3. CUSTOS DE GESTÃO	20
5.4. RÁCIO COMBINADO – ATIVIDADE NÃO VIDA	21
6. A PERFORMANCE FINANCEIRA EM 2019	21
6.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	21
6.2. RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA	22
6.3. PROVISÕES TÉCNICAS	22
6.4. COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS	23
7. RESULTADO E CAPITAL PRÓPRIO	24
7.1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO	24
7.2. CAPITAIS PRÓPRIOS	24
8. PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO	25
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
RELATÓRIO DO ATUÁRIO	27
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
ANEXOS ÀS CONTAS	33
RELATÓRIO DE AUDITORIA	123
RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO	129

MAPA DA FIDELIDADE NO MUNDO



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem o Conselho de Administração da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019.

O Conselho de Administração,

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia-Geral (Mesa)

Presidente	Dr. David Hopffer Cordeiro Almada
Vice Presidente	Dra. Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Dra. Carlene Augusta Wahnnon Veiga Soares Monteiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos (em representação da Fidelidade Seguros)
Vogal	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal	Dr. Luís Eduardo Neves de Sousa Nobre Leite
Vogal	Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Vogal	Dr. Luis Jaime Marques

Comissão Executiva

Presidente	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Administrador	Dr. Luís Eduardo Neves de Sousa Nobre Leite
Administrador	Dr. Francisco Pinto Machado Costa

Conselho Fiscal

Fiscal Único	Dr. João Marcos Alves Mendes
Suplente	Dr. Adelino Vital Fonseca

2. PRINCIPAIS INDICADORES

	2018	2019
Comercial		
Prémios de Seguro Direto (em mCVE)	1.499.060	1.732.620
Taxa de Crescimento - Vida	22%	33%
Taxa de Crescimento - Não Vida	4%	14%
Quota de Mercado (*estimativa)	58%	61% *
Número de Agências	15	16
Custo com Comissão de Seguro Direto ÷ Prémios de Seguro	1,69%	1,68%
Resseguro Cedido		
Taxa de Cedência	37%	41%
Comissão e Participação No Resultado De Resseguro Cedido ÷ Prémios Cedidos	25%	25%
Sinistralidade		
Sinistralidade Global Bruta	29%	29%
Sinistralidade Direta Bruta	29%	30%
Sinistralidade Global Líquida	36%	34%
Sinistralidade Direta Líquida	36%	35%
Peso do resseguro no total dos custos com sinistros	24%	30%
Autonomia Financeira e Solvabilidade		
Ativo Líquido (em mCVE)	3.006.794	3.361.324
Capitais Próprios (em mCVE)	1.210.835	1.357.193
Passivos (em mCVE)	1.795.958	2.004.131
Cobertura de Margem de Solvência	247%	250%
Cobertura das Provisões Técnicas - Vida	134%	127%
Cobertura das Provisões Técnicas - Não Vida	136%	133%
Evolução dos Capitais Próprios	6%	12%
Resultados		
Resultado Líquido	145.855	170.174
Resultado Técnico de Exploração	218.602	242.937
Rentabilidade Líquida	10%	10%
Rentabilidade Técnica	48%	46%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	12,0%	12,5%
Combined Ratio Líquido - Segmento Não Vida		
Expense Ratio	32%	31%
Loss Ratio	49%	47%
Combined Ratio	81%	78%
Custos de Gestão		
Custos Por Natureza ÷ Prémios de Seguro Direto	33%	30%
Custos Com Pessoal ÷ Prémios de Seguro Direto	16%	15%
Custos Com Pessoal ÷ Custos Por Natureza	49%	51%
Custo Médio Por Empregado (em mCVE)	2.148	2.167

3. APRESENTAÇÃO DA GARANTIA SEGUROS

3.1. A NOSSA HISTÓRIA

1978 Desde a época colonial até maio de 1978, operavam, em Cabo Verde, pequenas representações de seguradoras portuguesas, que se encontravam sob a incumbência de gerentes de firmas comerciais.

O exercício da atividade seguradora e resseguradora passou a ser exclusivo do Estado, tendo sido para o efeito criado, através do Decreto-Lei n.º 39/78 de 2 de Maio, o Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS).

1990 Através do Decreto-Lei n.º 52-F/90 de 4 de Julho, procedeu-se à reforma do quadro institucional da atividade seguradora, favorecendo a emergência de companhias de seguros privadas.

1991 O Decreto-Lei n.º 132/91, de 2 de outubro, criou o Instituto de Seguros de Cabo Verde, de capital público, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Tinha por funções o controlo e a supervisão do Mercado Segurador.

A GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. resultou da cisão do ex-Instituto de Seguros e Previdência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador.

1992 A GARANTIA foi transformada em sociedade anónima. Esta transformação operou-se por via da privatização, nos termos do estipulado no art.º 4º da Lei n.º 47/IV/92 de 6 de julho, lei-quadro das privatizações.



1998 O Decreto-Lei n.º 70/98, de 31 de dezembro, autorizou a alienação de parte das ações detidas pelo Estado na Garantia.

A Resolução n.º 74/98, da mesma data, aprovou a regulamentação do concurso internacional para a aquisição das respetivas ações, bem como a escolha dos parceiros estratégicos para o desenvolvimento das Instituições Financeiras do País.

1999 No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, de 27 de setembro de 1999, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Banco Interatlântico adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia.

A estrutura acionista passou a ser a seguinte:

- Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico: 45,9%
- Banco Comercial do Atlântico, S.A.: 35%
- Instituto Nacional de Previdência Social, E.P.: 12,2%
- Correios de Cabo Verde, S.A.: 4,5%
- Estado de Cabo Verde: 2,4%

2002-2010 Entre 2002 e 2010, focada na sua estratégia de proximidade ao cliente, a Companhia procedeu ao alargamento da sua rede de agências:

- ★ Santa Maria - Sal, 22 de fevereiro de 2002
- ★ Assomada - Santiago, 26 de fevereiro de 2003
- ★ Sal Rei – Boavista, 23 de junho de 2008
- ★ Monte-Sossego – São Vicente, 15 de julho de 2010
- ★ São Filipe – Fogo, 08 de novembro de 2010

2011 A 30 de Junho de 2011, a Companhia aumentou o seu Capital Social, de 200.000.000 para 400.000.000 Escudos Cabo-verdianos (CVE), por incorporação de reservas livres. Trata-se, assim, de um

importante passo da GARANTIA no seu caminho de crescimento e valorização no mercado.

A 11 de Novembro, nasceu uma nova agência:

★ Ribeira Brava em São Nicolau.

2012 A Companhia obteve a certificação nos termos da norma Internacional NP EN ISO 9001:2008 Gestão Orientada para a Qualidade e para a melhoria contínua do serviço que presta aos clientes. ISO designa um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão.



Esta família de normas estabelece requisitos que promovem a melhoria dos processos internos, a maior capacitação dos colaboradores, o monitoramento do ambiente de trabalho, a verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores, num processo contínuo de melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade.

2014 A 30 de Abril de 2014, a Fidelidade, Companhia de Seguros S.A., adquiriu 55,8945% do Capital Social da GARANTIA.

Em dezembro do mesmo ano, os trabalhadores da Companhia adquiriram a participação do Estado de Cabo Verde no Capital Social da GARANTIA.

2016 A 29 de fevereiro de 2016, a Companhia apresenta a nova identidade visual da Garantia. A nova marca Garantia é o reflexo do processo de definição estratégica que teve início em 2014, quando passou a ter como seu maior acionista a Fidelidade Seguros, seguradora com mais de 200 anos de história, líder do mercado em Portugal e presente em vários países.



2017 Na senda da Inovação e liderança do mercado, a Garantia lançou no mercado nacional o 1º Seguro de Saúde privado, destinado à população em geral e com uma ampla Rede Privada de Prestadores.

No mesmo ano, a Companhia submeteu o seu Sistema de Gestão da Qualidade, assente na norma internacional ISO 9001:2008, a auditoria de transição para a versão 2015 da norma.

2018 O ano ficou marcado pela abertura de 3 novas agências na ilha de Santiago.

★ Achada Santo António – Praia, 04 de maio de 2018

★ Palmarejo – Praia, 13 de junho de 2018

★ Agência do Tarrafal – Santiago, 31 de dezembro de 2018

Também em 2018, a Companhia assinou protocolos, com alguns bancos comerciais, que lhe permitiu dar passos importantes na consolidação do Canal Bancassurance.

2019 O início do ano foi marcado por adaptações da Companhia às importantes alterações ao Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA).

O ano foi ainda marcado por medidas que promoveram um aumento na proximidade com os clientes, como:

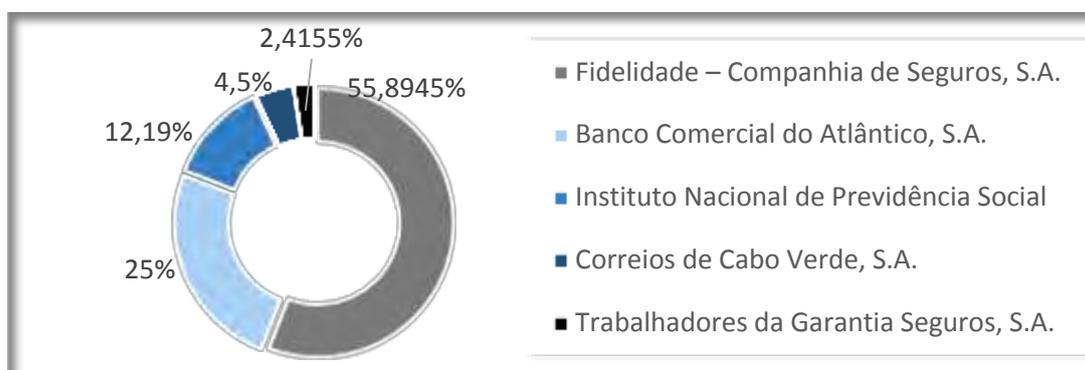
★ Abertura do balcão Meu Espaço – Fogo, 31 de janeiro de 2019

★ Abertura da agência de Nova Sintra – Brava, 12 de março de 2019;

★ Forte aposta:

- No canal bancário;
- No projeto consultores de seguros;
- Nos canais digitais - nova versão da APP Garantia Mobile e My Garantia (a primeira área reservada de clientes online, no mercado segurador cabo-verdiano)

3.2. ESTRUTURA ACIONISTA



3.3. POSICIONAMENTO NO MERCADO

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO	VISÃO	VALORES
<p>A Garantia, enquanto seguradora, é ativista da segurança dos seus clientes, com coberturas competitivas para as necessidades de proteção e um agente dinâmico na construção de um Cabo Verde mais próspero.</p>	<p>Estar onde está Cabo Verde. Ser a marca de confiança e referência dos Cabo-verdianos em todo o mundo e, através do exercício de uma liderança para o desenvolvimento, contribuir para um mundo mais estável e seguro.</p>	<p><u>Valores Profundos:</u> Proteção, Credibilidade e Prosperidade;</p> <p><u>Valores Posicionais:</u> Liderança, Proximidade e Experiência;</p> <p><u>Valores Relacionais:</u> Entusiasmo, Diligência e Abertura.</p>

PRODUTOS E SERVIÇOS

A Companhia comercializa um vasto leque de produtos de cobertura de riscos, que ocorrem dentro do território cabo-verdiano, dos ramos Vida e Não Vida.

Com 28 anos de existência, tem-se esmerado num esforço constante de perceber o universo de vulnerabilidades às quais as famílias e as empresas, em Cabo Verde, estão expostas.

Beneficiando-se de excelentes parcerias com a Fidelidade Seguros, de uma equipa de colaboradores fortemente capacitada e motivada e de ferramentas e tecnologias de ponta, a Companhia tem dado sempre a assessoria adequada aos que necessitam de proteção.

A cada ano, tem surpreendido o mercado de forma bastante positiva e isto sente-se na confiança e índices de satisfação registados.

CERTIFICAÇÃO ISO

A certificação traduz o reflexo dos esforços que a Companhia tem vindo a desenvolver no sentido de satisfazer cada vez mais e melhor os seus clientes e de lhes transmitir maior confiança e segurança.

Os requisitos dessa norma auxiliam na implementação e monitorização dos processos internos, do ambiente de trabalho e do retorno da informação das nossas partes interessadas (clientes, colaboradores, acionistas, Estado/Supervisor, fornecedores e parceiros de negócio e sociedade), num processo contínuo de melhoria e em que a focalização na satisfação das expectativas do cliente é o objetivo maior.

Neste contexto, a Garantia procura constantemente cumprir a promessa de qualidade subjacente ao seu nome, sua missão, visão e valores e é com orgulho, esforço, dedicação e serviço ao cliente que temos vindo, ano após ano, a renovar a nossa certificação ISO 9001, o que nos tem granjeado enormes ganhos, seja ao nível da qualidade dos serviços seja ao nível da confiança dos cabo-verdianos.

POLITICA DE QUALIDADE

A Gestão da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., assenta nos seguintes princípios:

- Garantir serviços diferenciados e adequados procurando a Melhoria Contínua;
- Antecipar as necessidades e expectativas dos clientes;
- Responder com celeridade e eficácia;
- Atuar mantendo uma atitude ética e socialmente responsável;
- Nortear os esforços para a excelência;
- Tranquilizar oferecendo as condições adequadas ao desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores;
- Inovar nas soluções apresentadas aos clientes, potenciando o retorno à sociedade;

- Adotar um compromisso de cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

REDES DE DISTRIBUIÇÃO



4. A NOSSA ATIVIDADE EM 2019

4.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Num cenário de tensões comerciais crescentes, deterioração da confiança e aumento da incerteza económica e política, as atuais projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma desaceleração do crescimento económico mundial. O abrandamento do Produto Interno Bruto (PIB) foi, ao longo de 2019, generalizado, afetando as economias avançadas e, de forma mais pronunciada, as economias de mercados emergentes.

Estimativas apresentadas pelo FMI, no World Economic Outlook de janeiro de 2020, indicam uma taxa de crescimento do PIB mundial de 2,9%, em 2019, bastante abaixo da de 2018 (3,6%), e uma das mais baixas taxas de crescimento registadas desde a crise financeira internacional. O mesmo documento faz uma revisão em baixa da taxa de crescimento para as principais economias, comparativamente a 2018, sendo de 1,2% para a Zona Euro (1,9%, em 2018), 2,3%

para os EUA (2,9%), 6,1% para a China (6,6%), 1,2% para o Reino Unido (1,4% em 2018) e 1,9% para a economia portuguesa (2,4%).

De acordo com as projeções apresentadas, em janeiro, pela mesma agência, a economia nacional continuará em expansão, mas a um ritmo ligeiramente mais moderado: 5,0%, face aos 5,1% estimados para 2018. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelas dinâmicas de administração pública, impostos líquidos de subsídios, comércio e imobiliária. A taxa de inflação média registada em 2019 foi de 1,2%, segundo o FMI.

O stock da dívida pública, embora elevado, apresenta uma trajetória decrescente, tendo sido de 127% do PIB em 2017, 124% em 2018 e, estima-se, 122% em 2019.

4.2. MERCADO SEGURADOR CABO-VERDIANO

No ano de 2019, o mercado foi marcado pela implementação das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 57/2018, de 14 de novembro, que altera o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 17/2003, de 19 de maio.

Tendo entrado em vigor a 1 de julho de 2019, foi necessário efetuar uma revisão tarifária para adequar os prémios de seguro ao novo enquadramento jurídico, na sequência do qual foi aprovado o novo regulamento da tarifa, através do Aviso n.º 5/2019, de 4 de abril, que também entrou em vigor a 1 de julho de 2019. Como aspetos relevantes das alterações introduzidas salienta-se:

- A fixação de um limite máximo para o capital seguro para as lesões corporais, no valor de 50.000.000 CVE, por sinistro;
- O aumento do limite máximo do salário seguro de 9.000 CVE para 50.000 CVE, para efeitos de cálculo das indemnizações e pensões devidas em caso de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho;
- A introdução de novas categorias de prémios de seguro e a autonomização dos táxis enquanto um novo grupo, adaptando-se à realidade da frota automóvel existente;
- A introdução de uma contribuição para o Sistema Nacional da Proteção Civil no valor de 1% do prémio simples (ou 6% se a viatura transportar matérias perigosas);
- A contribuição para o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo (FGAM) no valor de 2% do prémio simples, que passou a ser suportado pelos Tomadores de Seguro;

➤ O aumento do encargo de gestão de 10% para 15%.

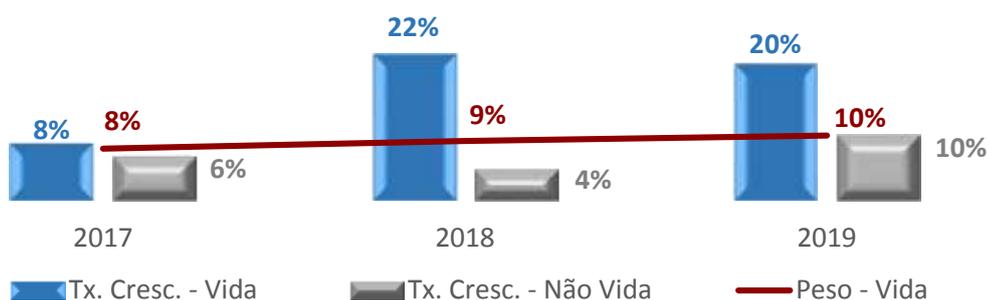
Esta nova legislação foi, efetivamente, implementada e aplicada a partir do 2º semestre de 2019, pelo que os efeitos na carteira de 2019 não foram muito expressivos.

No entanto, a médio prazo, estas alterações traduzir-se-ão, essencialmente, num aumento global de 7% do prémio simples e num aumento significativo do custo dos sinistros com as indemnizações por incapacidade temporária e das novas pensões a pagar.

Dados provisórios de dezembro de 2019 indicam que o total do volume de prémios de seguro direto ascendeu a 2.850.669 mCVE, o que significa um crescimento de 11% face a 2018.

Impulsionado pela carteira da Garantia Seguros, os seguros Vida continuam a apresentar taxas de crescimento bastantes expressivas. Estima-se um crescimento de 20% para 2019, fazendo o seu peso na carteira total subir de 9% para 10%.

Por seu lado, estima-se um crescimento de 10% para os ramos Não Vida.



Tal como acontece ao longo de todos os anos, o mercado foi liderado pela Garantia Seguros que, no entanto, viu reforçada a sua posição de liderança. Dados provisórios, de dezembro de 2019, apontam para um aumento global da quota, de 58% para 61% (64% para 71%, no Vida, e 58% para 60%, no Não Vida).

Ramos Vida:



Ramos Não Vida:



*Estimativas para 2019

4.3. LINHAS DE ATUAÇÃO

No decurso de 2019 a Companhia desenvolveu e materializou um conjunto de ações e iniciativas a vários níveis, que tiveram um forte impacto na boa performance da Companhia e nos resultados alcançados.

Do ponto de vista do negócio e no quadro da política de proximidade ao cliente e da elevação do serviço prestado a patamares de excelência, a Companhia concluiu a remodelação e a modernização de todas as agências e as lojas de mediação exclusiva e expandiu a sua rede comercial, com a abertura de uma agência na ilha da Brava e de um balcão em Santa Catarina do Fogo, no âmbito do projeto “Meu Espaço” da Casa do Cidadão, perfazendo um total de 16 agências.

Na mesma linha, deu continuidade à aposta na inovação tecnológica e na digitalização, com o lançamento do “My Garantia” – uma área reservada de clientes no website da Companhia, com diversas funcionalidades –, o pagamento online de seguros do ramo vida, a automatização de envio de recibos, assim como a implementação do novo SORCA e o lançamento do seguro de Assistência em Viagem 365 dias.

Estas iniciativas foram suportadas por um investimento significativo nas infraestruturas de comunicação de voz e dados, de servidores e UPS, assim como no reforço da segurança informática.

A nível organizacional, a Companhia procedeu ao alinhamento da sua estrutura orgânico-funcional ao negócio, reforçando as funções de auditoria interna e compliance, a gestão de risco e os mecanismos e procedimentos de controlo interno, a par da formalização dos Comités de Auditoria, de Risco & Compliance e de Investimentos, bem como da sua Política de Investimentos.

Igualmente, foram reconfiguradas as áreas da Direção de Sinistros, para garantir maior celeridade e eficiência na regulação de sinistros, e realizadas as primeiras análises de risco pela Área de Análise e Prevenção de Segurança, afeta à Direção Técnica. De referir, igualmente, o trabalho desenvolvido em relação à campanha de atualização de dados e à adequação da organização à legislação da proteção de dados.

Na dimensão corporativa, foi criada a GEP Cabo Verde – Gestão de Peritagens, participada pela Garantia Seguros, GEP – Gestão de Peritagens S.A. e Fidelidade Assistance, empresas do Grupo Fidelidade, e alargadas as trocas de experiências e os intercâmbios entre as diferentes áreas das

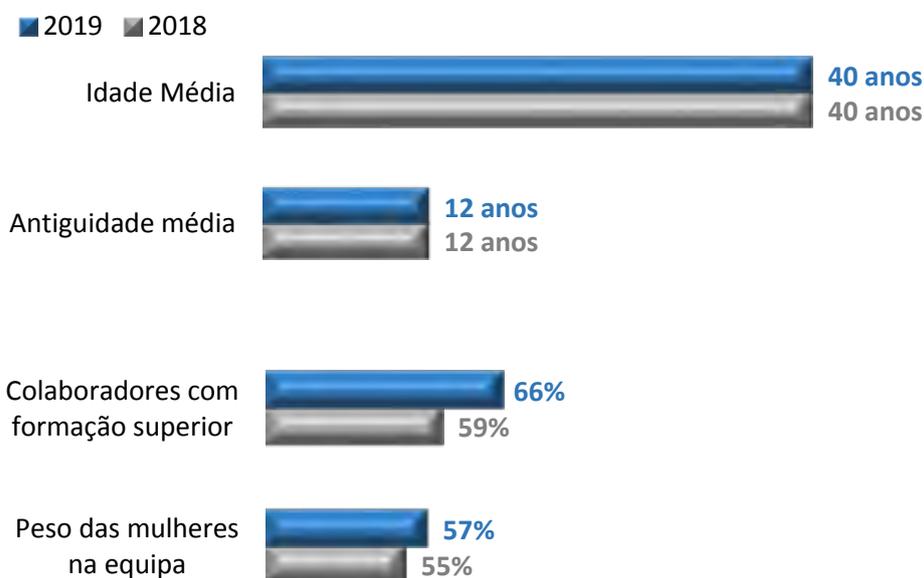
duas seguradoras, tendo uma delegação da Companhia participado no “PENSAR MAIOR”, evento bi-anual que reuniu mais de 5.000 colaboradores do universo Fidelidade e contou com representantes de todas as empresas do Grupo espalhadas por quatro continentes: África (Lusófona), América (Latina), Ásia e Europa.

Todas estas ações foram devidamente acompanhadas por uma política de responsabilidade social e de patrocínios cada vez mais alinhada com o negócio, a coberto do qual se elaborou o 1º Relatório de Sustentabilidade da Companhia e foi formalizada a Política de Patrocínios.

4.4. EQUIPA DA GARANTIA

Para alcançar elevados níveis de performance, a Garantia contou com uma equipa empenhada e motivada, que pautou a sua atitude por uma busca constante de soluções inovadoras para responder às necessidades dos clientes, acionistas, dos parceiros e da própria Companhia.

A 31 de dezembro de 2019, a equipa contava com um total de 122 colaboradores, representativo de um aumento de 7% face a 2018. Este aumento reflete, principalmente, o esforço da Companhia em aumentar a qualidade dos serviços prestados tanto pela área comercial como pela área de gestão de sinistros.



A Companhia aderiu ao Programa de Estágios Profissionais e Emprego do Governo, possibilitando a muitos jovens experiência e oportunidades de crescimento profissionais, na linha da sua política de gestão de pessoal ancorada no rejuvenescimento do quadro de pessoal,

na valorização e motivação dos seus colaboradores consubstanciada num conjunto alargado de benefícios e regalias e na forte aposta na sua capacitação e qualificação, através da formação nas áreas técnicas e comportamentais, com destaque para as ações desenvolvidas na plataforma E-learning.garantia.

5. A PERFORMANCE ECONÓMICA EM 2019

5.1. CARTEIRA DE PRÉMIOS

A carteira apresentou uma performance bastante positiva, registando uma taxa de crescimento global de 16%.

Esse robusto crescimento foi resultado de um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas, com uma forte aposta na projeção da marca Garantia, dentro e fora do mercado nacional. A participação da Garantia na Globus Network, a pertença ao Grupo Multinacional Fidelidade, os protocolos assinados com os principais bancos comerciais da praça financeira cabo-verdiana, a forte aposta na diferenciação e na inovação e o esforço na diversificação dos canais de vendas têm dado resultados robustos no crescimento da carteira.

Este crescimento foi generalizado, excetuando-se apenas os ramos de seguro de Caução e de Transporte Marítimo de Mercadorias:

	dez-18	dez-19	T.V.H.
Vida Risco	85.094	106.394	25%
Vida Financeiro	63.462	90.814	43%
Total Vida	148.556	197.208	33%
Acidentes e Doença	216.691	243.045	12%
Incêndio e Out. Danos	218.005	316.034	45%
Automóvel	711.466	771.614	8%
Transportes	93.388	90.718	-3%
Responsabilidade C. G.	91.982	100.287	9%
Diversos	18.973	13.714	-28%
Total Não Vida	1.350.504	1.535.412	14%
Total Geral	1.499.060	1.732.620	16%

(Em mCVE)

Os custos com comissões de seguro direto acompanharam o crescimento da carteira, ascendendo a 29.106 mCVE, o que representa um aumento de 15% face a 2018.

Por seu lado, o volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro aumentou 8%.

A Companhia registou as seguintes taxas de comissões e de cedência:



Tanto o número total de apólices em vigor como o número de apólices novas aumentaram 13% face a 2018.

5.2. SINISTRALIDADE DA CARTEIRA

Os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 496.712 mCVE, o que representa um agravamento de 13% face a 2018:

	dez-18	T.Sin.	dez-19	T.V.H.	T. Sin.
Vida Risco	4.582	5%	39.960	772%	38%
Vida Financeiro	19.415	31%	19.832	2%	22%
Total Vida	23.997	16%	59.792	149%	30%
Acidentes e Doença	41.487	19%	63.383	53%	26%
Incêndio e Outros Danos	-6.557	-3%	3.508	153%	1%
Automóvel	350.659	49%	336.457	-4%	44%
Transportes	11.573	12%	8.603	-26%	9%
Responsabilidade Civil Geral	18.403	20%	24.458	33%	24%
Diversos	251	1%	512	104%	4%
Total Não Vida	415.816	31%	436.920	5%	28%
Total Bruto de Seguro Direto	439.813	29%	496.712	13%	29%
			(Custo em mCVE)		
Parte do ressegurador	24%		30%		
Total Líquido de Resseguro	335.279	36%	345.540	3%	34%

T.v.h. – taxa de variação homóloga

Tx. Sin. – taxa de sinistralidade global bruta

O aumento dos custos com sinistros deve-se, essencialmente, a:

- Aumento da carteira;
- Aumento na sinistralidade no ramo Vida Grupo;
- Dois sinistros graves no ramo Acidentes de Trabalho.

Pese embora um aumento da carteira de 8% no ramo Automóvel, a taxa de sinistralidade neste ramo baixou. Esta diminuição deve-se, principalmente, a uma maior eficiência na gestão de sinistros e à diminuição do custo médio de sinistro, reflexo do início da atividade da GEP no 2º semestre do ano.

De realçar que, muito embora os custos com sinistros tenham aumentado, a taxa de sinistralidade global bruta se tenha mantido nos 29%.

5.3. CUSTOS DE GESTÃO

O aumento dos custos de gestão foi, principalmente, consequência da implementação de medidas no âmbito da política de gestão de pessoal, com os respetivos custos a aumentar 8%, face ao período homólogo anterior, tendo-se verificado, em sentido contrário, uma diminuição de 5% nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's).

	dez-18	% Pr. Adq.*	dez-19	T.v.h.	% Pr. Adq.*
Encargos com Pessoal	244.876	16%	264.393	8%	16%
Fornecimentos e Serviços Externos	193.521	13%	183.756	-5%	11%
Impostos e taxas	22.178	1%	21.785	-2%	1%
Amortização do exercício	28.712	2%	44.801	56%	3%
Juros suportados	5.835	0%	5.310	-9%	0%
Comissões	861	0%	2.154	150%	0%
Total Geral	495.984	33%	522.199	5%	31%

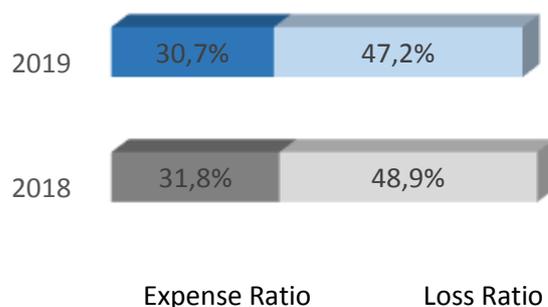
* Peso nos prémios adquiridos brutos

(Em mCVE)

5.4. RÁCIO COMBINADO – ATIVIDADE NÃO VIDA

O rácio combinado líquido situou-se em 77,9%, face aos 80,7% de 2018. O comportamento deste indicador reflete o comportamento bastante favorável da carteira de prémios adquiridos líquidos de resseguro, das comissões e participações nos resultados de resseguro e na taxa de sinistralidade da carteira.

Em 2019, a Companhia registou um decréscimo, tanto do expense ratio como do loss ratio.



6. A PERFORMANCE FINANCEIRA EM 2019

6.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos líquidos ascendeu a 2.308.434 mCVE, o que representa um aumento de 15% face a 2018:

	dez-18	dez-19	Variação anual	
Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	1.250	1.250	0	0%
Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	382.135	460.580	78.445	21%
Depósitos a Prazo	687.511	841.772	154.261	22%
Títulos de Dívida	233.920	255.944	22.023	9%
Terrenos e Edifícios	700.640	748.888	48.248	7%
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	7.792	0	-7.792	-100%
Total Geral	2.013.248	2.308.434	295.185	15%

(Em mCVE)

O aumento da carteira de investimento foi, quase que, generalizado, à exceção da rubrica de ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, cujo decréscimo deve-se à transferência contabilística de 2 terrenos (na ilha do Sal) para a rubrica de terrenos de investimentos.

Ao longo do exercício de 2019, ocorreram alguns novos investimentos, nomeadamente a aquisição de um armazém em Achada São Filipe, de uma vivenda em Achada Santo António, de ações da Enacol - Empresa Nacional de Combustível e de obrigações do tesouro.

6.2. RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA

O resultado da atividade financeira¹ afeta foi de 34.491 mCVE, face aos 59.194 mCVE registados em 2018. O da não afeta foi de 3.783 mCVE, face aos de 11.007 mCVE de 2018. Os decréscimos deveram-se, principalmente, aos resultados de reavaliação dos terrenos e edifícios.

Relativamente aos rendimentos obtidos com a carteira de investimentos, foram registados os seguintes valores:

	dez-18	dez-19	Variação anual	
Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	7.900	4.291	-3.609	-46%
Depósitos a Prazo	26.920	24.953	-1.967	-7%
Títulos de Dívida	11.578	11.907	329	3%
Terrenos e Edifícios	15.196	15.919	723	5%
Total Geral	61.593	57.070	-4.523	-7%

(Em mCVE)

6.3. PROVISÕES TÉCNICAS

A 31 de Dezembro de 2019, o volume de provisões técnicas brutas de seguro direto ascendia a 1.353.675 mCVE, traduzindo um aumento de 14% face ao ano anterior:

	dez-18	dez-19	Variação anual	
Provisão para prémios não adquiridos	248.586	305.090	56.504	23%
Provisão para seguros e operações ramo Vida	160.565	226.864	66.299	41%
Provisão para sinistros	778.402	820.437	42.035	5%
De vida	3.325	14.889	11.564	348%
De acidentes de trabalho	172.310	201.653	29.343	17%
De automóvel	525.388	505.237	-20.152	-4%
De outros ramos	77.380	98.659	21.279	27%
Provisão para participação nos resultados	231	0	-231	-100%
Provisão para riscos em curso	1.284	1.284	0	0%
Total de Provisões Técnicas	1.189.068	1.353.675	164.607	14%

(Em mCVE)

Face à excelente performance da carteira de prémios em 2019, o aumento das responsabilidades para com os tomadores de seguros impulsiona, naturalmente, um aumento generalizado do volume das provisões técnicas.

As responsabilidades assumidas pela Companhia com os produtos Vida Risco, até 2018, eram reconhecidas pelo registo de provisão matemática. A partir de 2019, a Companhia passou a

¹ Líquida de participação nos resultados e sem considerar os gastos de investimentos imputados.

reconhecer estas mesmas responsabilidades na rúbrica da provisão para prémios não adquiridos.

Com base na avaliação atuarial, entendeu-se necessário e prudente constituir uma provisão para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) para os produtos Vida Risco e, para o ramo de Acidentes de Trabalho, proceder ao reforço das provisões matemáticas e provisões para sinistros ocorridos e não participados (IBNR).

Análise feita, em 2018, às contas técnicas de Responsabilidade Civil indicou a necessidade de constituir uma provisão para riscos em curso para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar até ao fim dos contratos.

A Garantia, além do acompanhamento atuarial das provisões para sinistros, feito pela Atuária interna, recorre também a análises externas das provisões para sinistros dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, por serem os mais significativos. São feitas por Atuários externos, da empresa Magentakconcept – Consultores, Lda., representada pelo Professor Doutor Pedro Corte Real, os quais consideraram as provisões suficientes.

6.4. COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a taxa de cobertura da Margem de Solvência era de 250% e de 247%, respetivamente.

O rácio de Cobertura das Responsabilidades Técnicas era, em 2019, de 127% para os seguros do Ramo Vida e de 133% para os do Ramo Não Vida. Em 2018, estes rácios eram de 134% e 136%, respetivamente.

7. RESULTADO E CAPITAL PRÓPRIO

7.1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O aumento da carteira aliado a um controlo rigoroso dos custos, permitiu alcançar um resultado líquido de 170.174 mCVE, 17% superior ao de 2018:

	dez-18	dez-19	Variação anual	
Prémios Adquiridos Líquidos	920.044	996.181	76.137	8%
Custos com Sinistros Líquidos	-335.279	-345.540	-10.261	3%
Variação de Outras Provisões Técnicas Liquidadas	-46.010	-73.730	-27.720	60%
Remuneração de Mediação	-24.781	-27.756	-2.975	12%
Comissão de Resseguro	141.462	181.491	40.029	28%
Atividade Financeira Afeta	59.194	34.491	-24.703	-42%
Outros Prov./Custos Técnicos	-45	0	45	-100%
Margem Técnica Líquida	714.585	765.136	50.551	7%
Custos de Gestão Técnicos	-495.984	-522.199	-26.215	5%
Resultado Técnico de Exploração	218.602	242.937	24.336	11%
Resultado Não Técnicos	-22.839	-23.527	-688	3%
Resultado Antes de Imposto	195.763	219.410	23.647	12%
Imposto Sobre o Rendimento	-49.908	-49.236	672	-1%
Resultado Líquido do Exercício	145.855	170.174	24.320	17%

(Em mCVE)

O resultado por ação situou-se em 851 escudos, face aos 729 escudos de 2018. A rentabilidade líquida aumentou de 9,8% para 10,2% e o rácio combinado desceu de 80,7% para 77,9%.

7.2. CAPITAIS PRÓPRIOS

O aumento do Resultado Líquido, aliado ao aumento na rúbrica de Reservas, impulsionou um crescimento de 12% no valor do Capital Próprio:

	dez-18	dez-19	Variação anual	
Capital Social	400.000	400.000	0	0%
Reservas de Reavaliação	168.177	243.697	75.520	45%
Reserva por impostos diferidos	-42.862	-54.686	-11.823	28%
Outras reservas	520.178	578.520	58.342	11%
Resultados transitados	19.487	19.487	0	0%
Resultado do exercício	145.855	170.174	24.320	17%
Capital Próprio	1.210.835	1.357.193	146.358	12%

(Em mCVE)

A Rentabilidade dos Capitais Próprios, que em 2018 foi de 12,0%, subiu para 12,5%.

8. PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO

Segundo os cálculos efetuados pelo Fundo Monetário Internacional, o crescimento da economia global continuará bastante comprometido em 2020, resultado das tensões comerciais entre as grandes potências, do Brexit, das possíveis consequências da epidemia do coronavírus, da deterioração da confiança e do aumento das incertezas.

No entanto, para a economia de Cabo Verde prevê-se que a taxa de crescimento se mantenha nos 5,0%.

A Garantia Seguros, por seu lado, prosseguirá com a estratégia definida para o triénio 2019/2021, visando reforçar a liderança do mercado pela via da consolidação dos vários projetos implementados, no domínio da inovação e digitalização, e na aposta no canal bancário e no seguro de saúde, com o objetivo de aumentar a carteira de prémios e reduzir os custos de sinistros.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 170.174.475,27 CVE (cento setenta milhões, cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco escudos e vinte e sete centavos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal (10%): 17.017.447,53 CVE

Outras Reservas (30%): 51.052.342,58 CVE

Dividendos a distribuir (60%): 102.104.685,16 CVE

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que mais contribuíram para os resultados alcançados no exercício, em especial:

Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Cabo Verde, pelo diálogo construtivo que sempre mantiveram com o Conselho de Administração;

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade da empresa;

Aos Mediadores, Corretores e Resseguradores, pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a Companhia;

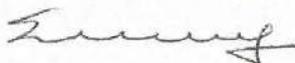
Aos Acionistas, por todo o apoio prestado;

A todos os Colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização da Garantia.

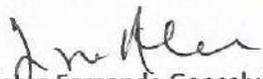
No mesmo sentido, expressa o seu profundo e singelo reconhecimento aos nossos clientes, pela preferência e confiança demonstradas nos produtos e na qualidade dos serviços da Garantia, o que não deixa de ser um estímulo para a prossecução da aposta na inovação tecnológica e na política de proximidade, para continuarmos juntos por um futuro seguro.

Praia, 28 de fevereiro de 2020.

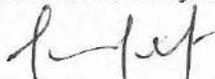
O Conselho de Administração,



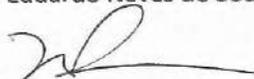
Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos – Presidente do Conselho de Administração



Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Luís Eduardo Neves de Sousa Nobre Leite – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Francisco Pinto Machado Costa – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Luis Jaime Marques – Vogal do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO ATUÁRIO

Relatório do Atuário

As Provisões Técnicas são revistas periodicamente, com base em pressupostos atuariais e de acordo com os requisitos legais e regulamentares em vigor (estabelecidos, supervisionados e reguladas pelo Banco de Cabo Verde e pelo Governo), nomeadamente a Portaria nº 110/78 de 31 de dezembro, o Aviso nº 14/99, de 26 de julho, o Decreto Legislativo nº 3/2010, de 8 de março, e o Aviso nº 5/2010, de 28 de junho.

Provisões Técnicas - Não Vida

As provisões técnicas do ramo Não-Vida foram calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde e com o disposto no Decreto Legislativo nº 3/2010, de 8 de março, e no Aviso nº 5/2010, de 28 de junho.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante das provisões técnicas para sinistros dos ramos Não-Vida era globalmente suficiente para cobrir as responsabilidades com os sinistros e as pensões.

Provisões Técnicas - Vida

As provisões técnicas do ramo Vida foram calculadas de acordo com as bases técnicas e os pressupostos estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde e com o disposto no Decreto Legislativo nº 3/2010, de 8 de março, e no Aviso nº 5/2010, de 28 de junho.

De uma forma geral, consideram-se suficientes os valores das provisões técnicas do Ramo Vida, constituídos em 31 de dezembro de 2019.

Praia, 11 de fevereiro de 2020

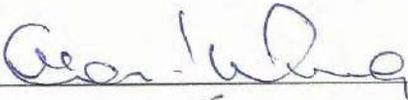


Nilsa Fonseca Sousa

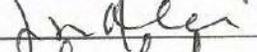
Sócio nº 616 do IAP - Instituto dos Atuários Portugueses

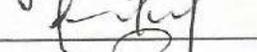
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO	31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade depreciações amortizações ajustamentos	Valor líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	156.566		156.566
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.250		1.250
Ativos disponíveis para venda	483.231	(22.652)	460.580
Empréstimos e contas a receber	1.149.438	(51.722)	1.097.716
Empréstimos sobre títulos	307.666	(51.722)	255.944
Outros depósitos	841.772		841.772
Terrenos e edifícios	823.959	(75.071)	748.888
Terrenos e edifícios de uso próprio	406.095	(75.071)	331.025
Terrenos e edifícios de rendimento	417.863	-	417.863
Outros ativos tangíveis	283.776	(148.710)	135.066
Inventários	1.488	-	1.488
Outros ativos intangíveis	84.329	(53.413)	30.917
Provisões técnicas de resseguro cedido	438.271	-	438.271
Provisão para prémios não adquiridos	108.474	-	108.474
Provisão para sinistros	329.797	-	329.797
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	370.398	(85.358)	285.040
Contas a receber por operações de seguro direto	186.029	(43.026)	143.003
Contas a receber por outras operações de resseguro	60.487	-	60.487
Contas a receber por outras operações	123.883	(42.333)	81.551
Acréscimos e diferimentos	5.542		5.542
TOTAL ATIVO	3.798.249	(436.926)	3.361.324

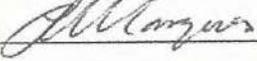
Diretora Financeira:  _____

Conselho de Administração:  _____

 _____

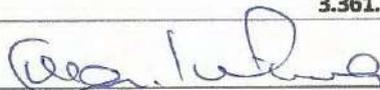
 _____

 _____

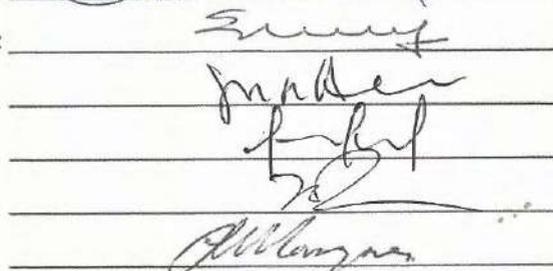
 _____

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2019
Capital	400.000
Reservas de reavaliação	243.697
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	243.697
Reservas por impostos diferidos	(54.686)
Outras reservas	578.520
Reserva legal	182.472
Reservas livres (estatutária)	381.339
Outras reservas	14.709
Resultados transitados	19.487
Resultado do exercício	170.174
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	1.357.193
Provisões técnicas	1.353.675
Provisão para prémios não adquiridos	305.090
Provisão para seguros e operações do ramo vida	226.864
Provisão para sinistros	820.437
De vida	14.889
De acidentes de trabalho	201.653
De automóvel	505.237
De outros ramos	98.659
Provisão para riscos em curso	1.284
Outros passivos financeiros	181.128
Depósitos recebidos de resseguradores	167.490
Outros	13.638
Outros credores por operações de seguros e outras operações	276.243
Contas a pagar por operações de seguro direto	128.303
Contas a pagar por outras operações de resseguro	76.964
Contas a pagar por outras operações	70.977
Passivos por impostos	108.058
Passivos por impostos correntes	53.372
Passivos por impostos diferidos	54.686
Acréscimos e diferimentos	71.715
Outras provisões	13.312
TOTAL PASSIVO	2.004.131
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3.361.324

Diretora Financeira:

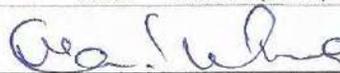


Conselho de Administração:

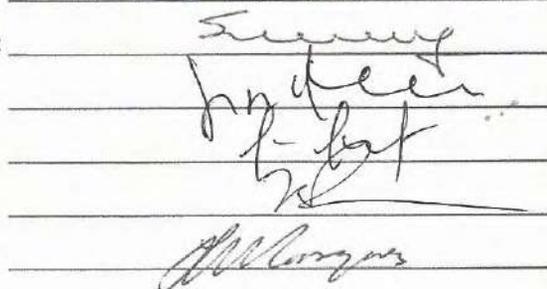


	2019			Total
	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
CONTA DE GANHOS E PERDAS				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	148.245	847.935	-	996.181
Prémios brutos emitidos	197.208	1.535.412	-	1.732.620
Prémios de resseguro cedido	(43.304)	(673.328)	-	(716.632)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(14.605)	(43.248)	-	(57.854)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	8.946	29.100	-	38.046
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.516)	(399.962)	-	(436.478)
Montantes pagos	(31.702)	(386.594)	-	(418.296)
Montantes brutos	(49.202)	(497.419)	-	(546.621)
Parte dos resseguradores	17.500	110.825	-	128.325
Provisão para sinistros (variação)	(4.814)	(13.368)	-	(18.182)
Montante bruto	(11.564)	(29.465)	-	(41.029)
Parte dos resseguradores	6.750	16.097	-	22.847
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(73.730)	-	-	(73.730)
Montante bruto	(66.299)	-	-	(66.299)
Parte dos resseguradores	(7.431)	-	-	(7.431)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	179	-	-	179
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(40.552)	(404.493)	-	(445.045)
Custos de aquisição	(12.445)	(141.779)	-	(154.224)
Custos de aquisição diferidos	489	861	-	1.350
Gastos administrativos	(28.596)	(263.575)	-	(292.171)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	37.386	144.105	-	181.491
Rendimentos	18.741	34.658	3.671	57.070
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	15.218	25.650	284	41.151
Outros	3.523	9.009	3.388	15.919
Gastos financeiros	(3.096)	(10.040)	(836)	(13.972)
Outros	(3.096)	(10.040)	(836)	(13.972)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(2)	-	(2)
De ativos disponíveis para venda	-	(2)	-	(2)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para vendas e unidades operacionais descontinuadas	(1.657)	155	(248)	(1.750)
De outros ativos	(1.657)	155	(248)	(1.750)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	(17.583)	-	(17.583)
De ativos disponíveis para venda	-	(1.501)	-	(1.501)
De empréstimos e contas a receber	-	(16.082)	-	(16.082)
Outras provisões (variação)	3.593	11.216	(16.508)	(1.699)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(25.252)	(25.252)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	52.593	205.989	(39.172)	219.410
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	(49.236)	(49.236)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.593	205.989	(88.408)	170.174

Diretora Financeira:



Conselho de Administração:



ANEXOS ÀS CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ATIVO	Notas	31-12-2019		31-12-2018
		Valor bruto	Imparidade depreciações amortizações ajustamentos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6; 9; 28	156.566		155.228
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5	1.250		1.250
Ativos disponíveis para venda	1; 5; 9	483.231	(22.652)	382.135
Empréstimos e contas a receber	5; 9	1.149.438	(51.722)	921.432
Empréstimos sobre títulos		307.666	(51.722)	233.920
Outros depósitos		841.772		687.511
Terrenos e edifícios	7; 9	823.959	(75.071)	700.640
Terrenos e edifícios de uso próprio		406.095	(75.071)	319.656
Terrenos e edifícios de rendimento		417.863	-	380.984
Outros ativos tangíveis	8; 9	283.776	(148.710)	134.682
Inventários		1.488	-	1.661
Outros ativos intangíveis	10	84.329	(53.413)	23.301
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	438.271	-	387.500
Provisão para prémios não adquiridos	4.1.1	108.474	-	73.120
Provisão matemática	4.1.5		-	7.431
Provisão para sinistros	4.1.2; 39	329.797	-	306.950
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33; 11	370.398	(85.358)	283.108
Contas a receber por operações de seguro direto		186.029	(43.026)	106.488
Contas a receber por outras operações de resseguro		60.487	-	58.884
Contas a receber por outras operações		123.883	(42.333)	117.737
Acréscimos e diferimentos	35	5.542		8.065
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	37	-	-	7.792
TOTAL ATIVO		3.798.249	(436.926)	3.006.794

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019.

GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Capital	23	400.000	400.000
Reservas de reavaliação	24	243.697	168.177
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		243.697	168.177
Reservas por impostos diferidos	24	(54.686)	(42.862)
Outras reservas	24	578.520	520.178
Reserva legal		182.472	167.887
Reservas livres (estatutária)		381.339	337.583
Outras reservas		14.709	14.709
Resultados transitados	39	19.487	19.487
Resultado do exercício	25	170.174	145.855
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.357.193	1.210.835
Provisões técnicas	4.1.	1.353.675	1.189.068
Provisão para prémios não adquiridos	4.1.1	305.090	248.586
Provisão para seguros e operações do ramo vida	4.1.5	226.864	160.565
Provisão para sinistros	4.1.2	820.437	778.402
De vida		14.889	3.325
De acidentes de trabalho		201.653	172.310
De automóvel		505.237	525.388
De outros ramos		98.659	77.380
Provisão para participação nos resultados		-	231
Provisão para riscos em curso	4.1.4.	1.284	1.284
Outros passivos financeiros	5.3.	181.128	184.497
Depósitos recebidos de resseguradores		167.490	184.497
Outros		13.638	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	34	276.243	252.284
Contas a pagar por operações de seguro direto		128.303	82.762
Contas a pagar por outras operações de resseguro		76.964	62.354
Contas a pagar por outras operações		70.977	107.168
Passivos por impostos	22	108.058	96.639
Passivos por impostos correntes		53.372	51.777
Passivos por impostos diferidos		54.686	44.862
Acréscimos e diferimentos	35	71.715	70.885
Outras provisões	11	13.312	2.586
TOTAL PASSIVO		2.004.131	1.795.958
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		3.361.324	3.006.794

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2019.

GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.
CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2019			Total	2018
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
CONTA DE GANHOS E PERDAS						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	12; 4	148.245	847.935	-	996.181	920.044
Prémios brutos emitidos		197.208	1.535.412	-	1.732.620	1.499.060
Prémios de resseguro cedido		(43.304)	(673.328)	-	(716.632)	(561.247)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(14.605)	(43.248)	-	(57.854)	(5.603)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		8.946	29.100	-	38.046	(12.166)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	38	(36.516)	(399.962)	-	(436.478)	(419.339)
Montantes pagos		(31.702)	(386.594)	-	(418.296)	(414.869)
Montantes brutos		(49.202)	(497.419)	-	(546.621)	(538.871)
Parte dos resseguradores		17.500	110.825	-	128.325	124.002
Provisão para sinistros (variação)		(4.814)	(13.368)	-	(18.182)	(4.470)
Montante bruto		(11.564)	(29.465)	-	(41.029)	14.998
Parte dos resseguradores		6.750	16.097	-	22.847	(19.468)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4.1.5	(73.730)	-	-	(73.730)	(44.726)
Montante bruto		(66.299)	-	-	(66.299)	(44.686)
Parte dos resseguradores		(7.431)	-	-	(7.431)	(41)
Participação nos resultados, líquida de resseguro		179	-	-	179	276
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.1.4.	-	-	-	-	(1.284)
Custos e gastos de exploração líquidos	19	(40.552)	(404.493)	-	(445.045)	(422.540)
Custos de aquisição		(12.445)	(141.779)	-	(154.224)	(151.334)
Custos de aquisição diferidos		489	861	-	1.350	489
Gastos administrativos		(28.596)	(263.575)	-	(292.171)	(271.695)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	13	37.386	144.105	-	181.491	141.462
Rendimentos	14	18.741	34.658	3.671	57.070	61.593
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		15.218	25.650	284	41.151	46.397
Outros		3.523	9.009	3.388	15.919	15.196
Gastos financeiros		(3.096)	(10.040)	(836)	(13.972)	(14.165)
Outros		(3.096)	(10.040)	(836)	(13.972)	(14.165)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	(2)	-	(2)	-
De ativos disponíveis para venda		-	(2)	-	(2)	-
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para vendas e unidades operacionais descontinuadas	15;16	(1.657)	155	(248)	(1.750)	19.390
De outros ativos		(1.657)	155	(248)	(1.750)	19.390
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	5.1	-	(17.583)	-	(17.583)	(9.552)
De ativos disponíveis para venda		-	(1.501)	-	(1.501)	-
De empréstimos e contas a receber		-	(16.082)	-	(16.082)	(9.552)
Outras provisões (variação)	11	3.593	11.216	(16.508)	(1.699)	(25.017)
Outros rendimentos/gastos	36	-	-	(25.252)	(25.252)	(10.334)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		52.593	205.989	(39.172)	219.410	195.763
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	-	-	(49.236)	(49.236)	(49.908)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25	52.593	205.989	(88.408)	170.174	145.855

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	170.174	145.855
RENDIMENTO INTEGRAL NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS		
Ganhos líquidos por alienação de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação das reservas por impostos diferidos	(11.823)	-
Variação de justo valor de ativos disponíveis para venda	75.520	-
Variação de justo valor de terrenos e edifícios de uso próprio	-	(2.208)
TOTAL	63.696	(2.208)
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	233.871	143.646

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Notas	Capital social	Ações Próprias	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultados do exercício	Total
				Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Outras reservas	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2017 (reexpresso)		400.000	-	168.177	2.208	(42.862)	155.692	315.708	471.400	19.487	121.943	1.140.355
Ajustamentos relativos a exercícios anteriores	39											
Saldos a 01 de janeiro de 2018		400.000	-	168.177	2.208	(42.862)	155.692	315.708	471.400	19.487	121.943	1.140.355
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio					(2.208)							(2.208)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	23 e 24	-	-	-	-	-	12.194	36.583	48.777	-	(48.777)	-
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.166)	(73.166)
Total das variações do capital próprio		-	-	-	(2.208)	-	12.194	36.583	48.777	-	(121.943)	(75.374)
Resultado líquido do exercício de 2018		-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.855	145.855
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		400.000	-	168.177	-	(42.862)	167.887	352.291	520.178	19.487	145.855	1.210.835
Transferência para resultados por alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	5 e 24	-	-	75.520	-	(11.823)	-	-	-	-	-	63.696
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	24	-	-	-	-	-	14.585	43.756	58.342	-	(58.342)	-
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.513)	(87.513)
Total das variações do capital próprio		-	-	75.520	-	(11.823)	14.585	43.756	58.342	-	(145.855)	(23.817)
Resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	-	-	-	-	-	170.174	170.174
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		400.000	-	243.697	-	(54.686)	182.472	396.048	578.520	19.487	170.174	1.357.193

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício de 2019.

GARANTIA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	1.015.988	937.812
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(326.406)	(331.638)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	155.076	112.485
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(52)	-
Pagamentos a empregados e fornecedores	(447.319)	(432.275)
Outros	(63.165)	(44.703)
	<u>334.122</u>	<u>241.681</u>
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(23.308)	(45.463)
Devedores por outras operações	30.404	-
	<u>7.096</u>	<u>(45.463)</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	(21.990)	(4.022)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	59.823	6.445
Credores por outras operações	(22.553)	-
Outros passivos	1.595	10.724
	<u>16.875</u>	<u>13.147</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	358.093	209.365
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(34.683)	(49.908)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>323.410</u>	<u>159.457</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Empréstimos e contas a receber	20.476	68.649
Propriedades de investimento	(16.656)	19.390
Ativos tangíveis e intangíveis	-	843
Rendimentos de ativos financeiros	41.151	46.397
Outros recebimentos e ganhos	16.092	15.196
	<u>61.063</u>	<u>150.475</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.429)	(48.912)
Empréstimos e contas a receber	(212.842)	(39.552)
Propriedades de investimento	(30.837)	(42.979)
Ativos tangíveis e intangíveis	(38.495)	(61.598)
Outros	(0)	(1.362)
	<u>(286.603)</u>	<u>(194.403)</u>
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(225.540)</u>	<u>(43.928)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Outros Passivo financeiro- Outros	(9.019)	-
Distribuição de Dividendos	(87.513)	(73.166)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(96.532)</u>	<u>(73.166)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	1.338	42.363
Caixa e seus equivalentes no início do período	155.228	112.865
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>156.566</u>	<u>155.228</u>
	<u>1.338</u>	<u>42.363</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras da Garantia – Companhia de Seguros, S.A. foram elaboradas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso n.º 3/2010, de 28 de junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, quando aplicável.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia” ou “Companhia”) resultou da cisão do ex-Instituto de Seguros e Providência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução n.º 46/99, de 27 de setembro de 1999, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e pelo Banco Interatlântico, S.A. adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia. Durante o exercício de 2014, a CGD alienou a totalidade da participação que detinha no capital social da Companhia à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) (Nota 23).

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo, Brava e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2020, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

Sub-Segmento	Ramos do sub-segmento
Vida	Vida risco Plano poupança reforma/educação
Acidentes e doenças	Acidentes de trabalho Acidentes pessoais Pessoas transportadas Viagens
Doença	Doença
Incêndio e outros danos	Incêndio e elementos da natureza Outros danos
Automóvel	Mercadorias transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
Transportes	Marítimo mercadorias transportadas Marítimo mercadorias transportadas apólices abertas Aéreo mercadorias transportadas Aéreo casco Inibição de voo
Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil geral
Diversos	Caução

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de Resultado	2019								Total
	Não Vida							Não Afectos	
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	148.245	172.349	35.234	591.766	27.432	5.722	15.432	-	996.181
Prémios brutos emitidos	197.208	243.045	316.034	771.614	90.718	100.287	13.714	-	1.732.620
Prémios de resseguro cedido	(43.304)	(70.406)	(276.994)	(163.625)	(62.992)	(99.312)	-	-	(716.632)
Provisão prémios não adquiridos (variação)	(14.605)	(2.419)	(20.706)	(19.917)	(416)	(1.509)	1.718	-	(57.854)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	8.946	2.129	16.900	3.693	123	6.255	-	-	38.046
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.516)	(43.641)	(1.762)	(328.653)	(6.206)	(18.430)	(1.270)	-	(436.478)
Montantes pagos	(31.702)	(48.314)	(1.229)	(310.420)	(6.858)	(18.506)	(1.267)	-	(418.296)
Montantes brutos	(49.202)	(54.880)	(7.245)	(399.386)	(13.137)	(21.504)	(1.267)	-	(546.621)
Parte dos resseguradores	17.500	6.566	6.016	88.966	6.279	2.998	-	-	128.325
Provisão para sinistros (variação)	(4.814)	4.673	(533)	(18.232)	652	76	(2)	-	(18.182)
Montante bruto	(11.564)	(35.066)	3.214	21.105	1.461	(20.176)	(2)	-	(41.029)
Parte dos resseguradores	6.750	39.739	(3.748)	(39.337)	(810)	20.252	-	-	22.847
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(73.730)	-	-	-	-	-	-	-	(73.730)
Montante bruto	(66.299)	-	-	-	-	-	-	-	(66.299)
Parte dos resseguradores	(7.431)	-	-	-	-	-	-	-	(7.431)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	179	-	-	-	-	-	-	-	179
Custos e gastos de exploração líquidos	(40.552)	(74.361)	(42.767)	(262.405)	(10.275)	(7.902)	(6.784)	-	(445.045)
Custos de aquisição	(12.445)	(26.852)	(16.896)	(84.740)	(6.170)	(4.009)	(3.111)	-	(154.224)
Custos de aquisição diferido	489	39	117	796	69	(155)	(4)	-	1.350
Gastos administrativos	(28.596)	(47.548)	(25.987)	(178.461)	(4.174)	(3.738)	(3.668)	-	(292.171)
Comissões e part. nos result. resseguro	37.386	23.360	45.300	48.417	18.389	8.640	-	-	181.491
Rendimentos de investimentos	18.741	7.067	517	26.315	-	758	-	3.671	57.070
De juros de ativos financ. n/ valor. jv por via de ganhos e	15.218	7.067	517	17.307	-	758	-	284	41.151
Outros	3.523	-	-	9.009	-	-	-	3.388	15.919
Gastos financeiros	(3.096)	(3.821)	(561)	(4.784)	(70)	(508)	(296)	(836)	(13.972)
Outros	(3.096)	(3.821)	(561)	(4.784)	(70)	(508)	(296)	(836)	(13.972)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para vendas e unidades operacionais descontinuadas	(1.657)	-	-	153	-	-	-	(248)	(1.752)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	(1.501)	-	(16.082)	-	-	-	-	(17.583)
Outros rendimentos / gastos técnicos líquidos de resseguro	-	0	-	-	-	-	-	-	0
Outras provisões (variação)	3.593	48	3.090	9.337	(499)	(787)	27	(16.508)	(1.699)
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(25.252)	(25.252)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(49.236)	(49.236)
Resultado líquido do exercício	52.593	79.500	39.050	64.064	28.772	(12.507)	7.110	(88.408)	170.174

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Ativo	2019								Total	
	Vida	Não Vida						Outros Seguros		Não Afectos
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem									156.566	156.566
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	1.250
Ativos disponíveis para venda	73.935	294.576	-	78.222	-	-	-	-	13.847	460.580
Empréstimos e contas a receber	313.976	156.547	50.031	520.699	-	50.758	-	-	5.705	1.097.716
Terrenos e edifícios	64.484	-	-	196.091	-	-	-	243.984	244.329	748.888
Outros ativos tangíveis									135.066	135.066
Inventários									1.488	1.488
Outros ativos intangíveis									30.917	30.917
Provisões técnicas de resseguro cedido	15.356	107.980	43.826	203.142	5.029	62.938	-	-	-	438.271
Provisões para prémios não adquiridos	8.606	6.618	41.350	26.190	3.836	21.876	-	-	-	108.474
Provisão para sinistros	6.750	101.363	2.476	176.952	1.193	41.063	-	-	-	329.797
Outros devedores por operações de seguros e outras	5.772	10.337	41.617	29.426	7.786	10.459	35.770	-	143.874	285.040
Contas a receber por operações de seguro directo	5.772	10.337	41.617	29.426	7.786	10.459	35.770	-	1.837	143.003
Contas a receber por outras operações de resseguro									60.487	60.487
Contas a receber por outras operações									81.551	81.551
Acréscimos e diferimentos									5.542	5.542
	473.522	569.440	135.473	1.028.831	12.815	124.156	35.770	243.984	737.334	3.361.324

(mCVE)

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2019									Total
	Vida	Não Vida					Outros Seguros	Não Afectos		
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral				
Passivo										
Provisões técnicas	255.870	238.947	72.097	682.165	7.424	63.958	33.214	-	-	1.353.675
Provisões para prémios não adquiridos	14.116	15.728	68.366	176.928	4.948	20.213	4.790			305.090
Provisão para seguros e operações do ramo vida	226.864									226.864
Provisão para sinistros	14.889	223.219	3.732	505.237	2.476	42.461	28.424			820.437
Provisão para participação nos resultado	-									-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	1.284	-			1.284
Outros passivos financeiros	-	13.963	15.106	133.690	4.731	-	-	-	13.638	181.128
Depósitos recebidos de resseguradores	-	13.963	15.106	133.690	4.731	-	-			167.490
Outros									13.638	13.638
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.395	9.729	11.059	58.420	977	4.150	5.311	-	155.202	276.243
Contas a pagar por operações de seguro directo	31.395	9.729	11.059	58.420	977	4.150	5.311		7.262	128.303
Contas a pagar por outras operações de resseguro									76.964	76.964
Contas a pagar por outras operações									70.977	70.977
Passivos por impostos	266	5.517	8.026	16.248	2.509	3.924	1.381	-	70.185	108.058
Passivos por impostos correntes	266	5.517	8.026	16.248	2.509	3.924	1.381	-	15.500	53.372
Passivos por impostos diferidos									54.686	54.686
Outras provisões									13.312	13.312
Acréscimos e diferimentos									71.715	71.715
	287.530	268.157	106.289	890.524	15.641	72.032	39.906	-	324.052	2.004.131

(mCVE)

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de Resultado	2018								Total
	Vida	Não Vida					Diversos	Não Afectos	
		Acidentes e Doença	Incêndio e Out. Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	112.361	161.805	45.659	546.130	33.054	4.434	16.600	-	920.044
Prémios brutos emitidos	148.556	216.691	218.005	711.466	93.388	91.982	18.973	-	1.499.060
Prémios de resseguro cedido	(36.194)	(54.682)	(172.418)	(154.180)	(60.054)	(83.719)	-	-	(561.247)
Provisão prémios não adquiridos (variação)	-	(2.253)	1.368	(13.847)	1.202	10.300	(2.372)	-	(5.603)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	2.049	(1.296)	2.692	(1.482)	(14.129)	-	-	(12.166)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(24.111)	(69.138)	(2.839)	(299.915)	(5.586)	(16.546)	(1.203)	-	(419.339)
Montantes pagos	(23.013)	(38.293)	(4.418)	(325.694)	(7.166)	(14.940)	(1.344)	-	(414.869)
Montantes brutos	(23.013)	(38.987)	(11.540)	(427.385)	(14.370)	(22.232)	(1.344)	-	(538.871)
Parte dos resseguradores	-	694	7.122	101.690	7.205	7.292	-	-	124.002
Provisão para sinistros (variação)	(1.098)	(30.845)	1.580	25.779	1.580	(1.606)	141	-	(4.470)
Montante bruto	(1.098)	(21.637)	17.326	29.185	317	(9.236)	141	-	14.998
Parte dos resseguradores	-	(9.208)	(15.746)	(3.406)	1.262	7.629	-	-	(19.468)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(44.726)	-	-	-	-	-	-	-	(44.726)
Montante bruto	(44.686)	-	-	-	-	-	-	-	(44.686)
Parte dos resseguradores	(41)	-	-	-	-	-	-	-	(41)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	276	-	-	-	-	(1.284)	-	-	(1.008)
Custos e gastos de exploração líquidos	(31.124)	(67.884)	(40.861)	(253.397)	(14.496)	(8.290)	(6.488)	-	(422.540)
Custos de aquisição	(9.153)	(25.284)	(15.497)	(85.795)	(8.306)	(4.664)	(2.636)	-	(151.334)
Custos de aquisição diferido	-	(28)	47	364	(14)	133	(13)	-	489
Gastos administrativos	(21.971)	(42.573)	(25.411)	(167.966)	(6.176)	(3.759)	(3.839)	-	(271.695)
Comissões e part. nos result. resseguro	6.554	14.781	38.037	49.879	22.297	9.915	-	-	141.462
Rendimentos de investimentos	20.379	10.525	-	26.217	-	-	-	4.473	61.593
De juros de ativos financ. n/ valor. jv por via de ganhos e perdas	16.397	10.525	-	17.208	-	-	-	2.268	46.397
Outros	3.982	-	-	9.009	-	-	-	2.205	15.196
Gastos financeiros	(3.169)	(3.778)	(524)	(4.596)	(98)	(413)	(392)	(1.195)	(14.165)
Outros	(3.169)	(3.778)	(524)	(4.596)	(98)	(413)	(392)	(1.195)	(14.165)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para vendas e unidades operacionais descontinuadas	2.302	-	-	9.048	-	-	-	8.040	19.390
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	-	-	(9.552)	-	-	-	-	(9.552)
Outros rendimentos / gastos técnicos líquidos de resseguro	-	(45)	-	(0)	-	-	-	-	(45)
Outras provisões (variação)	(3.903)	6.634	(11.159)	(4.427)	(8.436)	(1.119)	1.563	(4.169)	(25.017)
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(10.334)	(10.334)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(49.908)	(49.908)
Resultado líquido do exercício	34.839	52.899	28.314	59.385	26.735	(13.304)	10.080	(53.093)	145.855

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2018									Total
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos	Outros Seguros	Não Afectos	
Activo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem									155.228	155.228
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	1.250
Ativos disponíveis para venda	43.009	237.396	-	91.192	-	-	-	-	10.538	382.135
Empréstimos e contas a receber	332.487	161.974	-	355.782	-	-	-	-	71.189	921.432
Terrenos e edifícios	66.140	-	-	195.936	-	-	-	249.305	189.259	700.640
Outros ativos tangíveis									134.682	134.682
Inventários									1.661	1.661
Outros ativos intangíveis									23.301	23.301
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.431	65.122	31.324	241.398	5.622	36.603	-	-	-	387.500
Provisões para prémios não adquiridos	-	5.187	25.100	23.421	3.619	15.793	-	-	-	73.120
Provisão matemática	7.431	-	-	-	-	-	-	-	-	7.431
Provisão para sinistros	-	59.935	6.223	217.977	2.003	20.811	-	-	-	306.950
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	8.031	9.891	8.216	28.266	8.052	8.212	35.801	-	176.639	283.108
Contas a receber por operações de seguro directo	8.031	9.891	8.216	28.266	8.052	8.212	35.801	-	18	106.488
Contas a receber por outras operações de resseguro									58.884	58.884
Contas a receber por outras operações									117.737	117.737
Acréscimos e diferimentos									8.065	8.065
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas									7.792	7.792
	457.099	474.384	39.540	913.824	13.674	44.815	35.801	249.305	778.353	3.006.794

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2018								Total
	Vida	Não Vida					Não Afectos		
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral			
Passivo									
Provisões técnicas	164.121	201.448	54.723	683.196	8.538	42.118	34.925	-	1.189.068
Provisões para prémios não adquiridos	-	13.348	47.777	157.807	4.601	18.549	6.504		248.586
Provisão para seguros e operações do ramo vida	160.565								160.565
Provisão para sinistros	3.325	188.100	6.946	525.388	3.938	22.285	28.421		778.402
Provisão para participação nos resultado	231								231
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	1.284	-		1.284
Outros passivos financeiros	-	(563)	12.763	165.779	6.517	-	-	-	184.497
Depósitos recebidos de resseguradores	-	(563)	12.763	165.779	6.517	-	-		184.497
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.499	8.224	14.131	45.324	1.186	3.390	4.890	172.640	252.284
Contas a pagar por operações de seguro directo	2.499	8.224	14.131	45.324	1.186	3.390	4.890	3.118	82.762
Contas a pagar por outras operações de resseguro								62.354	62.354
Contas a pagar por outras operações								107.168	107.168
Passivos por impostos	(35)	4.581	6.293	13.529	2.230	3.649	415	65.978	96.639
Passivos por impostos correntes	(35)	4.581	6.293	13.529	2.230	3.649	415	21.117	51.777
Passivos por impostos diferidos								44.862	44.862
Outras provisões								2.586	2.586
Acréscimos e diferimentos								70.885	70.885
	166.585	213.690	87.909	907.827	18.471	49.157	40.230	312.089	1.795.958

3. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso n.º 3/2010, de 28 de junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e estão expressas em Escudos cabo-verdianos e arredondadas à unidade. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

3.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. A Companhia não tem ativos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que, aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i. Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e por empresas cabo-verdianas adquiridos essencialmente para detenção até à maturidade, para os quais não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- ✓ Ações de empresas;
- ✓ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação” (Nota 24). No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos” (Nota 14) quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme anteriormente referido, os ativos financeiros registados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor dos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Com o objetivo de melhorar a coerência e a comparabilidade na valorização do valor justo e divulgações relacionadas, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis as técnicas de avaliação utilizadas. O maior nível na hierarquia do justo valor é dado aos preços cotados (não ajustados) em ativos mercados para ativos idênticos ou passivos (Nível 1) e o menor nível corresponde aos dados não observáveis (Nível 3).

Os três níveis da hierarquia do justo valor são:

- ✓ Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.
- ✓ Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- ✓ Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Em 2019 e 2018, todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor detidos pela Companhia encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo de valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13.

iii. Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua, periodicamente, análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia considera, de acordo com a norma IAS 39, que um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva nas seguintes situações:

- ✓ Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ✓ Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- ✓ Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- ✓ Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- ✓ O desaparecimento de um mercado ativo para esse produto financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.2.1. ii), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de Reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a ativos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i. Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii. Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Companhia efetua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais, originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade, são refletidas na “Reserva de reavaliação”. Caso, posteriormente, sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes instrumentos de capital próprio não podem igualmente ser revertidas.

3.2.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos dos resseguradores são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados na categoria “Outros passivos financeiros” e respeitam a depósitos recebidos de resseguradores, passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”. A rubrica “Outros passivos financeiros” inclui descobertos em depósitos à ordem.

A partir do exercício de 2019, a Companhia adotou os princípios definidos na IFRS 16, nomeadamente o reconhecimento no seu balanço das locações operacionais.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

3.2.3 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de avaliadores externos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 16).

3.2.4 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu custo de aquisição, para aquisições posteriores a 1 de janeiro de 2010, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Até 1 de Janeiro de 2010, data da transição para o PCES, os imóveis de serviço próprio eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não exceda, de forma significativa, o seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. Se ocorrerem situações que iniciem alterações significativas no valor dos imóveis, estes podem ser reavaliados, a título excecional, no prazo de um ano.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

3.2.5 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	2 a 12 anos
Equipamento informático	3 a 5 anos
Material de transporte	4 a 8 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12 anos

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 5 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

3.2.6 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

3.2.7 LOCAÇÕES

Conforme descrito na Nota 3.4.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas), a Companhia adotou a IFRS 16 – “Locações” em 1 de janeiro de 2019, em substituição da IAS 17 – “Locações”.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação.

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de menor ou igual a 12 meses.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos serão reconhecidos como despesas.

Locador

As locações continuam a ser classificadas locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de

locação financeira são registados na posição financeira como “Contas a receber por outras operações”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Outros rendimentos/gastos”.

3.2.8 IMPOSTOS SOBRE LUCRO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Companhia está sujeita ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são, normalmente, registados para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Garantia correspondem aos impactos da adoção das NIRF e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

3.2.9 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da Companhia, incluindo contingências fiscais. Nestes casos, os reforços de provisão são registados por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes”.

3.2.10 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

3.2.11 PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2.12 CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos em divisas são convertidos em Escudos de Cabo Verde às taxas de câmbio oficiais em vigor à data das demonstrações financeiras.

Os proveitos e custos relativos a diferenças cambiais geradas pelas transações em divisas registam-se no período em que ocorrem. As diferenças cambiais originadas pela atualização cambial dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data das demonstrações financeiras, são também refletidas na demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2019 e 2018, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde.

3.2.13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

3.2.14 AJUSTAMENTOS PARA RECIBOS POR COBRAR

A rubrica “Ajustamentos de recibos por cobrar” tem por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização, tendo como limite mínimo o valor calculado de acordo com o Aviso n.º 2/2005, do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, o cálculo de 2019 teve em consideração as taxas históricas da cobrabilidade dos prémios em cobrança.

3.3 ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas:

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4.1.

Esses passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem, de forma adequada, a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.2.1. iii). A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Nesse sentido, a determinação da existência de perdas por imparidade está sujeita à subjetividade inerente à identificação e análise dos eventuais indícios de imparidade resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como à subjetividade associada à estimativa dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável).

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas avaliações externas tal como descrito na Nota 3.2.1. iii). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Garantia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3.4 ADOÇÃO DE NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD” (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE” (IFRIC), CONFORME ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

3.4.1 NORMAS ADOTADAS (NOVAS OU REVISTAS)

No decorrer do exercício de 2019, em linha do que foi adotado pelo Grupo Fidelidade, a Garantia adotou, na preparação das suas demonstrações financeiras, as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados
IFRS 16 – Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRIC 23 - Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento	07-06-2017	2018/1595	01-01-2019
IAS 19 - Alteração, Redução ou Liquidação do Plano (Emenda)	07-02-2018	2019/402	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019

A IFRS 16 – “Locações” entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, em substituição da IAS 17 – “Locações”, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018.

A nova norma introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspetiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O Grupo aplicou na transição a abordagem simplificada, não reexpressando a informação comparativa. Optou por aplicar a norma a contratos anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4, não aplicando a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o anterior normativo.

3.4.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2022
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	2018/498	01-01-2022
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	2019/239	01-01-2022
IAS 1 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IAS 8 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IFRS 9 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020
IAS 39 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020
IFRS 7 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020

No sentido de se garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros e a nova norma dos contratos de seguros (IFRS 17), o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2022, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

O Grupo encontra-se a desenvolver os modelos de negócio e a apurar os impactos da aplicação da IFRS 9.

3.4.3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	22-10-2018	01-01-2020
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2022

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1 PROVISÕES TÉCNICAS

De Seguro Direto

Estas provisões foram calculadas em conformidade com o Aviso n.º 5/2010, de 28 de dezembro, do Banco de Cabo Verde.

De Resseguro Cedido

São determinadas aplicando os critérios para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas específicas existentes nos tratados em vigor.

4.1.1 PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As responsabilidades assumidas pela Companhia com os produtos Vida Risco, até 2018, eram reconhecidas pelo registo de provisão matemática. A partir de 2019, a Companhia passou a reconhecer estas mesmas responsabilidades na rubrica da provisão para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do BCV, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 18% dos respetivos prémios diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta provisão tem a seguinte composição (mCVE):

Ramos Técnicos	2019						
	Seguro direto			Resseguro cedido			
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	PPNA Líquido
Vida	14.605	(489)	14.116	8.946	(340)	8.606	5.511
Acidentes e Doença	16.162	(433)	15.728	7.498	(881)	6.618	9.111
Incêndio e Outros Danos	69.026	(660)	68.366	48.213	(6.864)	41.350	27.016
Automóvel	179.632	(2.704)	176.928	34.922	(8.732)	26.190	150.738
Transportes	5.082	(134)	4.948	4.689	(854)	3.836	1.112
Responsabil. Civil Geral	20.359	(146)	20.213	23.901	(2.025)	21.876	(1.663)
Diversos	4.808	(18)	4.790	-	-	-	4.790
	309.674	(4.585)	305.090	128.170	(19.696)	108.474	196.615

(mCVE)

Ramos Técnicos	2018						
	Seguro direto			Resseguro cedido			
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	PPNA Líquido
Acidentes e Doença	13.743	(395)	13.348	5.369	(182)	5.187	8.161
Incêndio e Outros Danos	48.320	(544)	47.777	31.313	(6.213)	25.100	22.676
Automóvel	159.716	(1.909)	157.807	31.229	(7.808)	23.421	134.387
Transportes	4.666	(65)	4.601	4.566	(947)	3.619	982
Responsabil. Civil Geral	18.850	(301)	18.549	17.646	(1.853)	15.793	2.757
Diversos	6.526	(22)	6.504	-	-	-	6.504
	251.821	(3.235)	248.586	90.124	(17.004)	73.120	175.466

(mCVE)

4.1.2 PROVISÃO PARA SINISTROS

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos (incluindo os sinistros ocorridos e não participados - IBNR) e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros.

Provisão para sinistros dos ramos acidentes de trabalho e automóvel

Na abertura de cada sinistro, é gerada, automaticamente, uma provisão inicial média por sinistro. Esta provisão pode ser revista, quando se verificar que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

A provisão para sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel inclui a provisão matemática, a qual tem por objetivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica. Esta provisão inclui, também, uma estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos, mas que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica, e por pensões relativas a sinistros ocorridos com processos clínicos não concluídos ou sinistros já ocorridos, mas que ainda não tenham sido declarados. A provisão matemática é calculada com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde: tabua de mortalidade PF60/64, taxa técnica de juros de 6% e carga de gestão de 4%.

Em 2019, por prudência, a Companhia incorporou na provisão matemática uma provisão adicional que corresponde ao reforço de provisão, apurado no teste de adequação das responsabilidades. Este teste consiste no recálculo da provisão matemática considerando bases técnicas mais adequadas à realidade atual.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

A Companhia constitui também uma provisão para despesas com regularização de sinistros que se destina a fazer face aos encargos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que, atualmente, se encontram em processo de gestão.

Provisão para sinistros de restantes ramos Não-Vida

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, a Companhia constitui ainda uma provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) à data do balanço que, de acordo com o Aviso n.º 1/2000, deverá ser constituída uma provisão mínima correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados.

Provisão para sinistros dos ramos Vida

Com base na avaliação atuarial, a Companhia entendeu necessário e prudente constituir uma provisão para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) para os produtos Vida Risco

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta provisão tem a seguinte composição:

	2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Vida	14.889	-6.750	8.139
Acidentes de Trabalho			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	47.989	0	47.989
- Pensões presumíveis	23.944	0	23.944
	71.933	0	71.933
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	93.983	-71.377	22.606
- IBNR	34.581	-18.595	15.985
	128.564	-89.972	38.592
Provisão para despesas com regularização de sinistros	1.156		1.156
	201.653	-89.972	111.680
Automóvel			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	93.127	0	93.127
- Pensões presumíveis	28.110	0	28.110
	121.237	0	121.237
Provisões para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	334.523	-169.951	164.571
- IBNR	35.003	-7.001	28.002
	369.525	-176.952	192.574
Provisão para despesas com regularização de sinistros	14.474	0	14.474
	505.237	-176.952	328.285
Outros Ramos			
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	98.204	-56.123	42.081
- IBNR	455	0	455
	98.659	-56.123	42.536
	820.437	-329.797	490.641
			(mCVE)

	2018		
	Seguro direto	Resseguro Cedido	Líquido
Vida	3.325	0	3.325
Acidentes de Trabalho			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	45.760	0	45.760
- Pensões presumíveis	16.144	0	16.144
	61.905	0	61.905
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	87.666	-59.063	28.603
- IBNR	21.679	0	21.679
	109.345	-59.063	50.282
Provisão para despesas com regularização de sinistros	1.060		1.060
	172.310	-59.063	113.246
Automóvel			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	89.979	0	89.979
- Pensões presumíveis	18.543	0	18.543
	108.522	0	108.522
Provisões para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	370.394	-209.261	161.133
- IBNR	35.065	-8.716	26.349
	405.459	-217.977	187.482
Provisão para despesas com regularização de sinistros	11.407	0	11.407
	525.388	-217.977	307.411
Outros Ramos			
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	76.694	-29.909	46.785
- IBNR	685	0	685
	77.380	-29.909	47.471
	778.402	-306.950	471.453

(mCVE)

4.1.3 PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para os seguros de crédito e de caução, de acordo com o estabelecido pelas normas do BCV, as quais definem igualmente que as entidades, cujo

montante de prémios dos ramos mencionados seja inferior a 4% da sua receita total de prémios, estão isentas da constituição desta provisão.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não registou esta provisão por estar isenta da sua constituição, nos termos das normas do BCV.

4.1.4 PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo BCV.

Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia constituiu esta provisão no ramo de Responsabilidade Civil Geral, no valor de 1.284 mCVE.

4.1.5 PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

Destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor, incluindo eventuais participações nos resultados já distribuídas. A provisão matemática para os seguros do ramo Vida é calculada de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

As responsabilidades assumidas pela Companhia com os produtos Vida Risco, até 2018, eram reconhecidas pelo registo de provisão matemática. A partir de 2019, a Companhia passou a reconhecer estas mesmas responsabilidades na rubrica da provisão para prémios não adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta provisão tem a seguinte composição (mCVE):

	2019	2018
Ativo		
Resseguro cedido		
Vida individual	0	649
Vida grupo	0	6.603
Vida crédito hipotecário	0	179
	<u>0</u>	<u>7.431</u>
Passivo		
Seguro direto		
Vida individual	0	(1.147)
Vida grupo	0	(11.114)
Vida crédito hipotecário	0	(1.143)
PPR/E Banca	(226.864)	(147.161)
	<u>(226.864)</u>	<u>(160.565)</u>

4.1.6 RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Os prémios de contratos de seguro Não Vida e de contratos de seguro Vida são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro” na demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro Não-Vida e os respetivos custos de aquisição são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da Provisão Para Prémios Não Adquiridos.

As responsabilidades decorrentes da emissão dos contratos de seguro do ramo Vida são reconhecidas através da constituição da Provisão Matemática do ramo Vida, sendo o custo contabilizado no momento em que são registados os proveitos relativos aos prémios emitidos.

4.2 RISCO ESPECÍFICO DE SEGURO

Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro celebrados pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela

norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- ✓ Ser provável que se venha a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- ✓ Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor;
- ✓ Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

Todos os contratos emitidos pela Companhia nos exercícios de 2019 e 2018 foram classificados como contratos de seguros.

Apresenta-se, de seguida, uma descrição sintética das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor na Companhia e que têm por objetivo reduzir os riscos de subscrição:

a) Subscrição de riscos

A delegação de poderes para a aceitação e tarifação de riscos encontra-se estruturada em 5 níveis de aceitação hierárquicos, de acordo com o modelo de delegação de poderes em vigor na Companhia, definido pela Ordem de Serviço n.º 14/2018:

Nível de aceitação	Titular
1	Dois Administradores Executivos
2	Administrador do Pelouro (podendo ser o Administrador que o substitui)
3	Diretor
4	Assistente Direção / Gerente / Chefe do Departamento / Coordenador
5	Responsável do Balcão / Gestor de Sinistro / Gestor do Gabinete de Grandes Clientes
6	Recepção Comercial / Front Office

A referida ordem de serviço estabelece o limite de delegação de poderes para a aceitação e tarifação de riscos para seguros novos, renovações, renegociações, alteração dos contratos existentes e ainda a concessão de descontos para todos os produtos comercializados pela

Companhia nos ramos Não Vida, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, baseados nos seguintes critérios:

- ✓ Produtos com clausulado standard;
- ✓ Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade baixo;
- ✓ Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- ✓ Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada;
- ✓ Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, no que respeita a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- ✓ Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida dimensão.

Os titulares acima referidos contam com um conjunto de instrumentos que visam facilitar a aplicação da política de subscrição, nomeadamente as tarifas, os simuladores, os manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais, as propostas de seguros, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas respeitantes a circuitos e procedimentos.

Cabe ao Administrador do Pelouro da Área Comercial a aceitação da subscrição dos riscos não delegados nos 3º, 4º e 5º níveis de aceitação hierárquicos definidos na tabela acima.

Em alguns casos de risco particularmente elevado e/ ou envolvendo grau de incerteza elevado, as decisões de aceitação são analisadas e tomadas pela Comissão Executiva.

A política de aceitação de riscos da Companhia baseia-se em padrões técnicos rigorosos, com o objetivo de permitir a análise e identificação de riscos envolvendo perdas potencialmente elevadas em termos de gravidade e frequência, a aplicação de termos contratuais ajustados e a adequação dos prémios praticados aos riscos assumidos, de modo a garantir um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos não enquadráveis nos tratados de resseguro são analisados caso a caso pelo Gabinete Técnico para efeitos de colocação em resseguro facultativo.

Quando os riscos a ressegurar não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação previamente definidas, estes são remetidos aos resseguradores para análise e decisão de aceitação.

b) Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos envolve o desenho de produtos, a definição de cláusulas e preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cumulos de risco e o controlo dos resultados técnicos, destacando o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos de seguros emitidos, da distribuição da carteira por ramos de risco e garantias, dos prémios médios, do perfil dos riscos, da sinistralidade e margem técnica.

No âmbito do controlo acima referido, são elaborados regularmente relatórios com os indicadores de gestão bem como a análise do resultado técnico por ramos para servir de suporte à gestão da Companhia.

c) Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Companhia

Por forma a controlar e minimizar o risco interno da Companhia, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto estão publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o seu cumprimento objeto de acompanhamento e supervisão regular pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por ramos/responsabilidades assumidas. São também efetuados estudos regulares sobre o comportamento da sinistralidade dos produtos para efeitos de ajustamentos das tarifas e/ou saneamento das carteiras ou alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A Companhia procede ao acompanhamento regular da evolução da sua carteira de seguros, nomeadamente o comportamento do movimento de apólices (quantidade de apólices em vigor, quantidade de apólices novas emitidas, quantidade de apólices anuladas) e a evolução dos prémios por ramos de Seguros não vida e vida.

Análise regular do comportamento dos sinistros

A Companhia procede também a análise regular do comportamento dos sinistros nos seus aspetos essenciais, designadamente a frequência por ramos de subscrição e global e a respetiva

taxa de sinistralidade. Estas medidas são implementadas em todos os ramos de negócio, principalmente no ramo automóvel que tem um enorme peso na carteira da Companhia.

Seleção e saneamento da carteira

Com o objetivo de promover uma melhor rentabilidade da carteira, a Companhia tem implementado a prática de seleção e saneamento de carteira, com maior incidência no ramo automóvel obrigatório e facultativo, consubstanciada quer pelo saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas) quer pela alteração das condições contratuais (coberturas, franquias e prémios). Estas medidas visaram principalmente as viaturas de aluguer (Táxis e Hiaces).

Concentrações de risco de seguro

A Companhia efetua estudos regulares sobre o perfil de risco da sua carteira por ramos de seguros/responsabilidades assumidas a fim de se obter indicadores que permitam estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro, à política de retenção e ainda o impacto de ocorrência de um cenário de sinistros catastróficos na carteira.

Seguro direto

À exceção do ramo Responsabilidade Civil Geral, os prémios de Seguro Direto Não-Vida da Companhia revelaram-se suficientes e adequados face às responsabilidades com as indemnizações do exercício, com os custos de exploração associados e os custos de investimento.

O cálculo da provisão para riscos em curso efetuado nos termos do Aviso n.º 5/2010, de 28 de junho do Banco de Cabo Verde, para todos os ramos de Seguros Não-Vida, demonstrou a necessidade de se constituir a Provisão para riscos em curso no Ramo Responsabilidade Civil Geral, no valor de 1.284 mCVE.

Comparação de sinistros estimados e efetivos

A provisão para sinistros dos ramos Vida e Não Vida, a 31 de dezembro de 2018, ascendia a 777.305 mCVE. Ao longo do exercício de 2019, para os sinistros ocorridos em 2018 e anos anteriores, a Companhia pagou o montante de 162.194 mCVE:

	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2019 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	3.325	15.609	2.577	14.862
Acidentes e doenças	188.100	11.043	142.778	-34.279
Incendio e out. danos	6.946	3.651	120	-3.175
Automovel	525.388	128.249	286.521	-110.619
Transportes	3.938	1.605	0	-2.333
Responsab. civil geral	22.285	2.272	23.494	3.480
Diversos	28.421	-233	28.413	-241
Nao Vida	775.078	146.585	481.326	-147.167
Total	778.402	162.194	483.903	-132.306

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Ocorreu, no exercício de 2018, a criação da empresa GEP Cabo Verde - Gestão de Peritagens, Lda., com o capital social de 5.000 mCVE. A Garantia Seguros adquiriu 25% das quotas desta nova empresa, o que equivale a um investimento em 1.250 mCVE. A Fidelidade Seguros adquiriu uma participação de, igualmente, 25%. O investimento feito pela Garantia Seguros foi registado na rubrica de “Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”.

Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos registados em “Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda” têm a seguinte composição:

	2019	2018
Instrumentos de capital		
Ações	413.962	330.690
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	194	23.768
Obrigações de Tesouro	69.076	48.826
	483.231	403.285
Imparidade		
Instrumentos de capital	(22.652)	(21.150)
	460.580	382.135
		(mCVE)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Instrumentos de Capital classificados na categoria de Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda apresentam a seguinte composição:

Título	2019					
	% de Participação	Custo de Aquisição	Valor Bruto	Reserva de Reavaliação (Nota 24)	Imparidade	Valor Líquido
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	320.020	243.697	-	320.020
Titulos Consolidados de Mobilização Financeira		-	194	-	-	194
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	49.661	49.661	-	(11.110)	38.551
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	21.968	-	(11.542)	10.426
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	15.505	-	-	15.505
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	0,17%	6.809	6.809	-	-	6.809
Obrigações de Tesouro		67.893	69.076	-	-	69.076
(mCVE)		161.835	163.018	-	(22.652)	140.366
		238.158	483.231	243.697	(22.652)	460.580

Título	2018					
	% de Participação	Custo de Aquisição	Valor Bruto	Reserva de Reavaliação (Nota 24)	Imparidade	Valor Líquido
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	243.557	167.234	-	243.557
Titulos Consolidados de Mobilização Financeira		22.222	23.768	943	-	23.768
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	49.661	-	(11.110)	38.551
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	21.968	-	(10.041)	11.927
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	15.505	-	-	15.505
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.		17.893	48.826	-	-	48.826
Obrigações de Tesouro		105.366	135.960	-	(21.150)	114.810
(mCVE)		203.910	403.285	168.177	(21.150)	382.135

Em 2019, a Companhia manteve a sua participação no capital do Banco Comercial do Atlântico, S.A., da A Promotora - Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L., da CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L. e da SCT - Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, S.A.. Encontram-se registadas ao custo histórico exceto a do Banco Comercial do Atlântico onde todos os anos é feita uma avaliação por uma entidade externa.

Em 2019, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização, a Companhia aumentou a imparidade das ações da CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L, tendo por base a percentagem de participação da Companhia no valor patrimonial.

Em 2019, os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram objetos de total reembolso de capital por parte do Estado de Cabo Verde, ficando em carteira, apenas o montante referente à diferença entre o rendimento vencido em 2018 e, efetivamente, pago.

5.2 EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, esta rubrica tem a seguinte composição (mCVE):

	2019	2018
Empréstimos e contas a receber		
Empréstimos sobre títulos	307.666	269.561
Obrigações de empresas nacionais	307.666	269.561
Depósitos a prazo	841.772	687.511
Valor bruto	1.149.438	957.072
Imparidade	(51.722)	(35.640)
Valor liquido	1.097.716	921.432
		(mCVE)

Depósitos a prazo

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento (mCVE):

	2019					Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Superior a 12 meses	
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	115.378		120.324			235.702
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.		15.027				15.027
Ecobank - Cabo Verde, S.A.			80.385	20.094	160.676	261.154
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A.				40.049	193.475	233.524
iib - Banco Internacional de Cabo Verde		15.381	50.758	30.225		96.365
	115.378	30.409	251.467	90.368	354.151	841.772
						(mCVE)

	2018					Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Superior a 12 meses	
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	65.488		20.417			85.904
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.		15.027				15.027
Ecobank - Cabo Verde, S.A.			101.074		160.448	261.522
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A.			102.078		132.225	234.303
Banco Internacional de Cabo Verde, S.A.	15.167	45.334		30.255		90.755
iib - Banco Internacional de Cabo Verde						-
	80.654	60.361	223.568	30.255	292.673	687.511
						(mCVE)

Os depósitos em vigor em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são remunerados à taxa média de 3,465% e 3,773%, respetivamente.

Empréstimos sobre títulos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a carteira de “Obrigações de empresas nacionais” apresenta o seguinte detalhe (em mCVE):

Título	2019								
	VN	Q. de	Tx de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante Bruto	Juros a receber	Imparidade	Montante Líquido
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	1.000	20.000	4,250%	19-12-22	Semestral	20.000	64	-	20.064
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. - Tranche D	1.000	42.499	4,000%	16-06-25	Semestral	42.499	57	-	42.556
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. - Tranche B	1.000	30.000	4,250%	19-12-22	Semestral	30.000	60	-	30.060
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1.000	25.000	6,600%	22-06-20	Semestral	25.000	866	-	25.866
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	1.000	50.000	5,600%	20-06-25	Semestral	50.000	179	-	50.179
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1.000	10.000	4,000%	05-07-24	Semestral	9.998	1.740	(1.525)	10.214
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1.000	39.966	6,400%	18-02-17	Semestral	39.966	10.231	(50.197)	0
Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	1.000	55.385	6,000%	15-07-31	Semestral	55.385	803	-	56.188
Ecobank - Cabo Verde, S.A.	1.000	15.000	6,000%	30-05-22	Semestral	15.000	113	-	15.113
ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	1.000	5.597	5,000%	24-07-27	Semestral	5.597	108	-	5.705
(mCVE)						293.445	14.221	(51.722)	255.944

Título	2018								
	VN	Q. de	Tx de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante Bruto	Juros a receber	Imparidade	Montante Líquido
Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	1.000	50.000	4,250%	19-12-22	Semestral	50.000	94	0	50.094
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1.000	25.000	6,600%	22-12-19	Semestral	25.000	843	-	25.843
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	1.000	50.000	5,600%	20-06-25	Semestral	50.000	140	-	50.140
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1.000	10.000	4,000%	05-07-19	Semestral	9.998	1.735	-	11.733
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1.000	39.966	6,400%	18-02-17	Semestral	39.966	10.231	(35.640)	14.557
Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	2.000	60.000	6,000%	15-07-31	Semestral	60.000	752	-	60.752
Ecobank - Cabo Verde, S.A.	1.000	15.000	6,000%	30-05-22	Semestral	15.000	100	-	15.100
ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	1.000	5.597	5,000%	24-07-27	Semestral	5.597	104	-	5.701
(mCVE)						255.561	14.000	(35.640)	233.920

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e pela Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Relativamente às obrigações emitidas pela CVFF – Cabo Verde Fast Ferry, S.A., em 2018 tinha sido regularizado o 17º cupão. Apesar do Governo de Cabo Verde ter-se comprometido a fazer todas as diligências que permitissem aos órgãos de gestão da CVFF fazer face aos compromissos por eles assumidos, em virtude desta emissão, há um total de 1.740 mCVE de juros vencidos e por liquidar. Em 2019, a Companhia constituiu, para este investimento, uma imparidade de 1.525 mCVE.

As obrigações emitidas pelo Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A., pelo Banco Interatlântico, S.A., pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A. e pelo Ecobank – Cabo Verde, S.A. são subordinadas.

Na Assembleia Geral de Obrigacionistas da Sogei – Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A., ocorrida em 25 de março de 2014, tinha sido deliberado a extensão do prazo de vencimento das obrigações por um período de 3 anos, até 18 de fevereiro de 2017. Adicionalmente, foi aprovado o reembolso dos juros vencidos, em seis prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 18 de agosto de 2014. Na Assembleia Geral de Obrigacionistas, realizada no dia 10 de abril de 2017, analisou-se a proposta de conversão do Empréstimo Obrigacionista "SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos" em capital do Fundo de Investimento Imobiliário, fechado de subscrição particular. No entanto, não se concluiu a análise, tendo os obrigacionistas solicitado uma nova Assembleia para dar continuidade à análise. Foi feita a proposta para que, caso o projeto seja viabilizado no período de um ano, não sejam contabilizados os juros para efeitos de pagamento, sendo estes considerados como um fee a que a SOGEI terá direito a receber pelo resultado positivo do trabalho que teve durante este período de tempo. Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelos obrigacionistas, não ocorreu nenhum pagamento de reembolso de capital ou do juro vencido. A 31 de dezembro de 2017, a Companhia reforçou a imparidade em 14.099 mCVE, passando de 11.989 mCVE para 26.088 mCVE. A 31 de dezembro de 2018, face à persistência nos incumprimentos, a Companhia fez mais um reforço à imparidade, no valor de 9.552 mCVE, passando de 26.088 mCVE para 35.640 mCVE, que representava 71% do total capital e juros. A 31 de dezembro de 2019, a Garantia reconheceu, a través de mais um reforço de imparidade, a perda total do investimento feito nos títulos de dívida da Sogei.

As obrigações da ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. apresentam uma covenant segundo a qual a “Emitente obriga-se a consignar, mensalmente, parte das receitas provenientes dos serviços aeroportuários, correspondente a 1/6 da prestação seguinte, remunerável à taxa em vigor no mercado, através de um Acordo entre o Emitente e o (s) Banco (s) Liquidatário (s). A emitente sujeita-se a apresentar uma Ordem de Transferência, a favor de um Banco Liquidatário, para efeitos de pagamento dos juros, do reembolso principal e de eventuais comissões devidas pela emitente, aos respetivos beneficiários”.

5.3 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos de resseguradores referem-se às verbas retidas pela Companhia aos seus resseguradores. Têm a natureza de depósitos de caução, para garantir as suas responsabilidades com prémios e sinistros, abrangidos pelos respetivos tratados de resseguro.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos recebidos de resseguradores		
Partner Re via AonBienfield	63.437	77.727
R+V Versicherung AG	50.248	65.150
Partner Re e R+V via PM Re	32.523	28.229
Fidelidade	13.833	8.681
Mapfre Re	6.928	4.341
Scor Re	521	369
	<u>167.490</u>	<u>184.497</u>
Outros passivos financeiros		
Locações Operacionais	13.638	0
(mCVE)	<u>181.128</u>	<u>184.497</u>

O movimento ocorrido nos passivos de locações durante o exercício de 2019 foi o seguinte:

Valor em 1 de Janeiro de 2019	<u>22.525</u>
Incremento do Período	<u>131</u>
Juros	131
Decréscimo do Período	<u>9.019</u>
Pagamentos	9.019
Valor em 31 de Dezembro de 2019	<u>13.638</u>

5.4 NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Balanço

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço (mCVE):

	2019		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo (valor líquido)			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		156.566	156.566
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		1.250	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	320.213	140.366	460.580
Empréstimos e contas a receber		1.097.716	1.097.716
Outros devedores		285.040	285.040
Total no ativo líquido	320.213	1.680.938	2.001.152
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores		167.490	167.490
Outros passivos financeiros		13.638	13.638
Outros credores		276.243	276.243
Total no passivo	-	457.371	457.371
			(mCVE)

	2018		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo (valor líquido)			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		155.228	155.228
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		1.250	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	267.325	114.810	382.135
Empréstimos e contas a receber		921.432	921.432
Outros devedores		283.108	283.108
Total no ativo líquido	267.325	1.475.827	1.743.153
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores		184.497	184.497
Outros passivos financeiros		-	-
Outros credores		252.284	252.284
Total no passivo	-	436.780	436.780
			(mCVE)

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Companhia

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em conta a estratégia geral da Companhia e a sua posição no mercado.

↳ Risco cambial

Para diminuir o risco cambial, a Companhia procura celebrar a maioria dos contratos em moeda nacional ou Euros. O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-

se fixo em 1 Euro /110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

↳ Risco de liquidez

Este risco é mitigado através de celebração de contratos de resseguros com Companhias de capacidade financeira sólida e através de acompanhamento diário dos fluxos de tesouraria/aplicações de fundos, por forma a coincidir as datas dos compromissos com o rendimento e/ou a maturidade dos investimentos.

↳ Risco de taxa de juro

Para eliminar este risco a Companhia celebra a maioria dos contratos com taxas de juro fixas. A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, das obrigações detidas pela Companhia, apenas as emitidas pelo Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. tinham taxa de juro variável.

↳ Risco de crédito

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus investimentos em empréstimos e contas a receber através de uma análise cuidada das oportunidades de investimento, da capacidade financeira das contrapartes e das garantias reais associadas. No que diz respeito às contas a receber, a Companhia procura mitigar este risco considerando uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores selecionados para estabelecer relações comerciais.

↳ Risco de mercado

A Companhia tem pouca exposição a este tipo de risco na medida em que tenta, ao máximo, a seleção e diversificação de instrumentos da carteira de investimentos financeiros, procurando eliminar sempre os impactos das taxas de juro e de câmbio, através de negociação de taxas fixas.

Justo valor de instrumentos financeiros

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem, essencialmente, a depósitos de curto prazo;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:
 - As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. são valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa, pelo método dos fluxos de caixa descontados, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13. O justo valor é determinado por uma análise conjunta entre a administração e um banco de investimento independente, que incide em variáveis como o tipo de investimento, a dimensão da empresa, o custo inicial do ativo, a existência de quaisquer restrições contratuais embutidas no ativo, o preço, as previsões de lucros futuros, a extensão da negociação pública de ativos similares de empresas comparáveis, a informação fornecida pela entidade emitente e uma análise às demonstrações financeiras da empresa ou emissor. Devido à subjetividade existente neste tipo de avaliações, consideramos que a estimativa do justo valor aqui considerada possa diferir de outras avaliações;
 - Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, representados em unidades de participações, valorizados ao justo valor, através de um relatório do Fundo pelo Departamento de Gestão e Controle de Riscos do Banco de Portugal, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13.
- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui, essencialmente, depósitos a prazo. A Companhia considera que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- Depósito recebido de resseguradores – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a depósitos de curto prazo.
- Outros passivos financeiros – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a locações operacionais.

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados na nota 3.2.1 deste Anexo.

Justo valor

Os métodos e pressupostos adotados para determinação do justo valor dos títulos em carteira são os seguintes:

- ✓ O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

- ✓ O justo valor dos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado, em alguns casos, com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia à data de relato estão expostos a um conjunto de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez

Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de um participante de um instrumento financeiro não cumprir a sua obrigação provocando deste modo uma perda financeira.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a exposição máxima a risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2019		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	156.566	-	156.566
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.250	-	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	483.231	(22.652)	460.580
Empréstimos e contas a receber	1.149.438	(51.722)	1.097.716
Outros devedores	370.398	(85.358)	285.040
Exposição máxima a risco de crédito	2.160.884	(159.732)	2.001.152
			(mCVE)

	2018		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.228	-	155.228
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.250	-	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	403.285	(21.150)	382.135
Empréstimos e contas a receber	957.072	(35.640)	921.432
Outros devedores	377.494	(94.386)	283.108
Exposição máxima a risco de crédito	1.894.329	(151.176)	1.743.153
			(mCVE)

Qualidade de crédito

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os depósitos foram realizados em instituições de crédito sem rating e sediadas em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, por tipo de emitente, tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2019	2018
Empréstimos e outras contas a receber		
Corporate	199.873	204.366
Instituições financeiras	107.792	65.194
(mCVE)	307.666	269.561

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os cash-flows previsionais brutos (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe (mCVE):

	2019							Total
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	156.566							156.566
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos							1.250	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda					69.076		414.155	483.231
Empréstimos e contas a receber	115.378	30.409	277.333	90.368	431.126	154.627	50.197	1.149.438
Empréstimos sobre títulos			25.866		76.975	154.627	50.197	307.666
Outros depósitos	115.378	30.409	251.467	90.368	354.151			841.772
Outros devedores	370.398							370.398
Total no ativo bruto	642.343	30.409	277.333	90.368	500.202	154.627	464.353	2.160.884
Passivo								
Depósitos recebidos de resseguradores	167.490							167.490
Outros passivos financeiros	743	1.279	1.707	2.068	7.841			13.638
Outros credores	276.243							276.243
Total no passivo	444.477	1.279	1.707	2.068	7.841	-	-	457.371
								(mCVE)

	2018							Total
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.228							155.228
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos							1.250	1.250
Activos financeiros disponíveis para venda					48.826		354.459	403.285
Empréstimos e contas a receber	80.654	60.361	285.498	56.098	357.868	116.593	-	957.072
Empréstimos sobre títulos			61.930	25.843	65.194	116.593		269.561
Outros depósitos	80.654	60.361	223.568	30.255	292.673			687.511
Outros devedores	377.494							377.494
Total no ativo bruto	613.376	60.361	285.498	56.098	406.694	116.593	354.459	1.894.329
Passivo								
Depósitos recebidos de resseguradores	184.497							184.497
Outros credores	252.284							252.284
Total no passivo	436.780	-	-	-	-	-	-	436.780

(mCVE)

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- ✓ As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no “Até 1 mês”;
- ✓ Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- ✓ Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- ✓ Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renovados ao início de cada exercício, pelo que foram classificados como maturidade de “Até 1 mês”.

Risco de mercado

O risco de mercado reflete, entre outros, movimentos que possam ter impacto no justo valor dos ativos da Companhia devido a flutuações da taxa de juro e da taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o conjunto dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2019			Total
	Exposição a taxa		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	Fixa	Variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			156.566	156.566
Invest. em associadas e empreendim. conjuntos			1.250	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	69.270		413.962	483.231
Empréstimos e contas a receber	214.986	934.452	-	1.149.438
Empréstimos sobre títulos	214.986	92.680		307.666
Outros depósitos		841.772		841.772
Outros devedores			370.398	370.398
Total no ativo bruto	284.256	934.452	942.176	2.160.884
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	167.490			167.490
Outros passivos financeiros	13.638			13.638
Outros credores			276.243	276.243
	181.128	-	276.243	457.371
				(mCVE)
	2018			Total
	Exposição a taxa		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	Fixa	Variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			155.228	155.228
Invest. em associadas e empreendim. conjuntos			1.250	1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	72.595	-	330.690	403.285
Empréstimos e contas a receber	219.466	737.605	-	957.072
Empréstimos sobre títulos	219.466	50.094		269.561
Outros depósitos		687.511		687.511
Outros devedores	-	-	377.494	377.494
Total no ativo bruto	292.061	737.605	864.662	1.894.329
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	184.497	-	-	184.497
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Outros credores	-	-	252.284	252.284
	184.497	-	252.284	436.780
				(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade, tem a seguinte decomposição (mCVE):

	2019						Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Ativo							
Empréstimos e contas a receber	115.378	30.409	277.333	90.368	431.126	154.627	1.149.438
Total no ativo	115.378	30.409	277.333	90.368	431.126	154.627	1.149.438
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	167.490	-	-	-	-	-	167.490
Outros passivos financeiros	743	1.279	1.707	2.068	5.961	1.879	13.638
Total no passivo	168.233	1.279	1.707	2.068	5.961	1.879	181.128
							(mCVE)

	2018						Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Ativo							
Empréstimos e contas a receber	80.654	60.361	285.498	56.098	357.868	116.593	957.072
Total no ativo	80.654	60.361	285.498	56.098	357.868	116.593	957.072
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	184.497	-	-	-	-	-	184.497
Total no passivo	184.497	-	-	-	-	-	184.497
							(mCVE)

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2019			Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	140.752	13.426	2.388	156.566
Invest. em associadas e empreendim. conjuntos	1.250			1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	483.231			483.231
Empréstimos e contas a receber	1.149.438			1.149.438
Outros devedores	370.398			370.398
Total no ativo bruto	2.145.069	13.426	2.388	2.160.884
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	167.490			167.490
Outros passivos financeiros	13.638			13.638
Outros credores	276.243			276.243
Total no passivo	457.371	-	-	457.371
				(mCVE)

	2018			Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	
Ativo (valor bruto)				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	146.110	8.474	644	155.228
Invest. em associadas e empreendim. conjuntos	1.250			1.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	403.285		-	403.285
Empréstimos e contas a receber	957.072		-	957.072
Outros devedores	377.494		-	377.494
Total no ativo bruto	1.885.211	8.474	644	1.894.329
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	184.497		-	184.497
Outros passivos financeiros	-		-	-
Outros credores	252.284		-	252.284
Total no passivo	436.780	-	-	436.780

(mCVE)

6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2019	2018
Caixa e seus equivalentes		
Sede	3.562	1.933
Dependências	920	2.123
Total de caixa e seus equivalentes	4.482	4.056
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	117.652	127.111
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	10.126	10.768
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.	9.894	4.353
Banco Cabo-verdiano de Negócios, S.A.	2.095	3.054
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	7.841	3.526
Ecobank - Cabo Verde, S.A.	880	978
Banco Internacional de Cabo Verde	3.596	1.381
Total de depósitos à ordem	152.084	151.172
Total de disponibilidades	156.566	155.228

(mCVE)

A 31 de Dezembro de 2019, o saldo de 117.652 mCVE no Banco Comercial do Atlântico, S.A. inclui 121.765 EUR e 24.307 USD.

7. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e Edifícios” foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2018		Transferências	Reavaliação (Nota 15)	2019		Saldos em 31.12.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Amortizações do exercício (Nota 19)	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
	Terrenos e edifícios:								
De uso próprio	387.665	(68.009)	-	-	(7.062)	18.431	406.095	(75.071)	331.025
De rendimento	380.984	-	7.792	(1.750)	-	30.837	417.863	-	417.863
(mCVE)	768.649	(68.009)	7.792	(1.750)	(7.062)	49.268	823.959	(75.071)	748.888

	Saldos em 31.12.2017		Transferências	Reavaliação (Nota 15)	2018		Saldos em 31.12.2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Amortizações do exercício (Nota 19)	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
	Terrenos e edifícios:								
De uso próprio	393.665	(60.978)	(3.792)	(2.208)	(7.031)	-	387.665	(68.009)	319.656
De rendimento	338.005	-	-	19.390	-	23.589	380.984	-	380.984
(mCVE)	731.670	(60.978)	(3.792)	17.182	(7.031)	23.589	768.649	(68.009)	700.640

No exercício de 2018, a Companhia tinha dois lotes de terrenos situados na ilha no Sal (zona industrial e zona da Ribeira do Feijoal), registados como ativos não correntes detidos para venda. Em 2019, ambos foram transferidos para a rubrica de terrenos de rendimentos. Estes mesmos terrenos foram objetos de uma reavaliação, tendo sido reconhecido uma:

- ↳ Valorização de 1.714 mCVE para o terreno da zona industrial, cujo valor passou a ser de 5.506 mCVE;
- ↳ Desvalorização de 373 mCVE para o terreno da zona da Ribeira do Feijoal.

Ainda em 2019, a Companhia adquiriu um armazém em Achada São Filipe (para uso próprio) e uma vivenda em Achada Santo António (para rendimentos).

A adição registada em 2018, corresponde à aquisição de um apartamento na cidade de Santa Maria - Ponta Preta.

No momento do seu reconhecimento inicial, estes imóveis foram registados pelo valor dos respetivos custos de aquisição.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Ano da última avaliação	2019			2018		
			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Praia – Chã de Areia	2004	2018	201.208	(42.574)	158.634	201.208	(38.605)	162.603
Filial São Vicente	2001	2018	44.134	(9.247)	34.886	44.134	(8.372)	35.762
Armazém Achada Grande	2004	2018	23.764	(4.981)	18.783	23.764	(4.508)	19.256
Boavista – Espaço comercial	2008	2018	19.004	(3.970)	15.034	19.004	(3.591)	15.413
Agência – Palmarejo	2010	2018	17.387	(3.648)	13.739	17.387	(3.298)	14.089
Apartamento Filial S. Vicente	2001	2018	16.825	(3.527)	13.298	16.825	(3.192)	13.633
Praia – Av. Guerra Mendes – 4º Plateau	1991	2018	15.824	(3.318)	12.506	15.824	(3.002)	12.822
Terreno – Praia - Chã de Areia	2005	2018	9.523	-	9.523	9.523	-	9.523
Praia – Av. Guerra Mendes – 2º Plateau	1986	2018	10.542	(2.211)	8.331	10.542	(2.000)	8.542
Terreno – Sal	1993	2018	8.670	-	8.670	8.670	-	8.670
Sal – Santa Maria – Loja	2008	2017	7.598	(1.595)	6.003	7.598	(1.441)	6.157
Terreno - Palha Sé - AGF - Praia	2014	2018	6.386	-	6.386	6.386	-	6.386
Terreno – Assomada	2007	2018	6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Terreno – São Filipe	2011	2018	570	-	570	570	-	570
Terreno – R. Craquinha	2015	2018	230	-	230	230	-	230
Armazém em Achada São Filipe	2019		18.431	-	18.431			-
			406.096	(75.071)	331.025	387.665	(68.009)	319.656

(mCVE)

Conforme referido na Nota 3.2.4., os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, de acordo com a opção prevista na IAS 16, tendo o seu justo valor em 1 de janeiro de 2010 sido considerado como custo de aquisição.

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

O imóvel situado na Praia – Chã de Areia corresponde à parcela da Companhia no edifício da Sede, cujas obras foram concluídas no exercício de 2004. O terreno onde se encontram construídas estas instalações foi adquirido no exercício de 2005.

Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de balanço	
				2019 Valor Bruto	2018 Valor Bruto
Apartamento T2 - Praia – Palmarejo	2005	2019	4.757	6.024	5.882
Escritório Santa Maria – 1º Dto - Sal	2008	2019	20.178	33.592	33.473
Escritório Santa Maria – 1º Esq - Sal	2008	2019	17.752	26.173	27.994
Apartamento Miramar - Palmarejo	2008	2019	17.476	16.739	16.886
Espaço comercial - Boavista	2008	2019	13.068	14.722	14.558
Edifício Rua Andrade Corvo - Plateau Praia	2010	2019	28.000	54.418	56.352
Apartamento Águia - Chã d' Areia - Praia	2010	2019	23.300	26.983	26.854
Predio BIA - Av. Cidade Lisboa - Praia	2011	2019	22.760	35.003	34.258
Vivenda Achada Santo António - Praia	2011	2019	18.352	46.095	45.000
Espaço Comercial Turinvest - Bloco nº 4 - S. Maria - Sal	2013	2019	14.738	11.215	11.285
Espaço Comercial Vila Verde Resort - Bloco C - S. Maria - Sal	2014	2019	14.334	20.173	20.447
Apartamento T2 - Terra Branca - Praia	2016	2019	5.892	5.445	5.276
Edifício Rua Andrade Corvo - anexo - Plateau	2016	2019	20.000	39.642	41.051
Terreno Achada Grande Trás - lote 004	2017	2019	2.346	9.824	9.824
Terreno Achada Grande Trás - lote 005	2017	2019	2.346	8.256	8.256
Quarteirão n.º 3 - Lote 001 - Zona Industrial - Sal	2017	2019	3.792	5.506	-
Quarteirão n.º 1 - Lote 001 - Ribeira do Feijoal - Espargos - Sal	2017	2019	2.904	3.627	-
Apartamento 116gd - Ponta Preta - Santa Maria	2018	-	23.589	23.589	23.589
Vivenda Achada Santo António II - Praia	2019	-	30.837	30.837	-
			286.422	417.863	380.984

(mCVE)

Conforme referido na Nota 3.2.3., os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor determinado com recurso a avaliadores externos.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos ou edifícios são efetuadas tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

a) Método comparativo de mercado

Consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas

caraterísticas físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.

b) Método do custo

Consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais caraterísticas físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas.

Nos exercícios de 2019 e 2018, os rendimentos reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento foram de 15.919 mCVE e 15.196 mCVE, respetivamente (Nota 14).

8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” foi o seguinte (mCVE):

	2019														
	Saldos em 31.12.2018		Adopção Norma IFRS 16		Transferências			Amortizações do exercício	Reforços e reversões de imparidade no exercício	Alienações e abates		Regularizações	Saldos em 31.12.2019		
	Valor bruto	Imparidade, amortizações acumuladas e regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Saldo bruto	Amortizações		Valor bruto	Imparidade, amortizações acumuladas e regularizações	Valor Líquido
Equipamento	168.894	(113.874)	-	-	49.510	6.988	-	(18.505)	-	(13.927)	9.982	-	211.465	(122.398)	89.068
Equipamento administrativo	21.132	(10.409)	-	-	3.537	-	-	(2.932)	-	-	-	0	24.669	(13.341)	11.328
Máquinas e ferramentas	42.381	(35.860)	-	-	1.426	-	-	(1.879)	-	-	-	0	43.807	(37.740)	6.067
Equipamento informático	36.902	(34.066)	-	-	10.453	6.988	-	(4.098)	-	-	-	-	54.343	(38.164)	16.179
Material de transporte	64.803	(31.782)	-	-	33.987	-	-	(9.268)	-	(13.927)	9.982	-	84.862	(31.068)	53.795
Equipamento Hospitalar	92	(43)	-	-	-	-	-	(24)	-	-	-	-	92	(67)	25
Outro equipamento	3.585	(1.715)	-	-	108	-	-	(304)	-	-	-	-	3.692	(2.019)	1.673
Património artístico	7.927	-	-	-	180	-	-	-	-	-	-	-	8.107	-	8.107
Instalações de Interiores	17.105	(2.454)	-	-	2.343	80	-	(5.384)	-	-	-	-	19.528	(7.838)	11.690
Equipamento em locação financeira	30.650	(22.363)	-	-	-	-	-	(2.489)	-	(19.500)	15.368	0	11.150	(9.484)	1.666
Material de transporte	30.650	(22.363)	-	-	-	-	-	(2.489)	-	(19.500)	15.368	-	11.150	(9.484)	1.666
Equipamento em Locação Operacional	-	-	22.525	(8.936)	-	-	-	-	-	-	-	0	22.525	(8.936)	13.590
Terrenos e edifícios	-	-	21.869	(8.330)	-	-	-	-	-	-	-	-	21.869	(8.330)	13.539
Outro Equipamento	-	-	657	(606)	-	-	-	-	-	-	-	-	657	(606)	51
Ativos tangíveis em curso	108.086	(59.288)	-	-	(6.479)	(7.069)	-	-	-	-	-	(24.305)	94.539	(83.593)	10.946
Terrenos e edifícios em curso	90.313	(59.288)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.305)	90.313	(83.593)	6.720
Obras em edifícios arrendados	-	-	-	-	80	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos informáticos	6.988	-	-	-	-	(6.988)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	10.785	-	-	-	(6.559)	-	-	-	-	-	-	-	4.226	-	4.226
	332.662	(197.980)	22.525	(8.936)	45.554	-	-	(26.378)	-	(33.427)	25.350	(24.305)	367.315	(232.249)	135.066

	2018									
	Saldos em 31.12.2017			Transferências		Alienações e abates		Saldos em 31.12.2018		
	Valor bruto	Imparidade, amortizações acumuladas e regularizações	Adições	Valor bruto	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações	Valor bruto	Imparidade, amortizações acumuladas e regularizações	Valor Líquido
Equipamento	155.846	(103.489)	16.560	-	(13.700)	(3.512)	3.315	168.894	(113.874)	55.019
Equipamento administrativo	15.634	(8.497)	5.497		(1.911)			21.132	(10.409)	10.723
Máquinas e ferramentas	40.579	(34.276)	1.802		(1.584)			42.381	(35.860)	6.521
Equipamento informático	34.925	(31.327)	1.978		(2.739)			36.902	(34.066)	2.836
Material de transporte	62.314	(27.885)	6.000		(7.212)	(3.512)	3.315	64.803	(31.782)	33.021
Equipamento Hospitalar	-	-	92		(43)			92	(43)	49
Outro equipamento	2.394	(1.504)	1.191		(211)			3.585	(1.715)	1.870
Património artístico	7.104	-	823		-			7.927	-	7.927
Instalações de Interiores	2.818	(1.857)	3.972	10.315	(597)			17.105	(2.454)	14.651
Equipamento em locação financeira	35.650	(20.575)	-	-	(6.142)	(5.000)	4.354	30.650	(22.363)	8.287
Material de transporte	35.650	(20.575)	-		(6.142)	(5.000)	4.354	30.650	(22.363)	8.287
Equipamento em Locação Operacional								-	-	-
Terrenos e edifícios								-	-	-
Outro Equipamento								-	-	-
Ativos tangíveis em curso	92.851	(59.288)	25.550	(10.315)	-	-	-	108.086	(59.288)	48.798
Terrenos e edifícios em curso	90.313	(59.288)						90.313	(59.288)	31.025
Obras em edifícios arrendados	-	-						-	-	-
Equipamentos informáticos	-	-	6.988					6.988	-	6.988
Outros	2.538	-	18.562	(10.315)				10.785	-	10.785
	294.269	(185.210)	46.905	-	(20.439)	(8.512)	7.669	332.662	(197.980)	134.683

(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Ativos tangíveis em curso – Terreno e edifícios em curso” refere-se a imóveis adquiridos pela Companhia nos quais estão a ser realizadas obras. Em 2018, incluía seis frações do condomínio “Salinas Beach Resort”, situado na ilha do maio, recebidas em dação em pagamento de prémios de seguro, cujo valor de balanço, líquido de imparidade ascendia a 24.305 mCVE.

Em 2019, a Companhia reconheceu a perda total do investimento em Salinas Beach Resort, por retirada deste ativo do balanço, em contrapartida da rubrica Outros Custos.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, estão em vigor contratos de leasing para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço:

	2019	2018
Equipamento de transporte		
Valor bruto	11.150	30.650
Amortizações acumuladas	(9.484)	(22.363)
(mCVE)	<u>1.666</u>	<u>8.287</u>
Fornecedores de imobilizado em locação financeira (Nota 34)	<u>1.350</u>	<u>4.987</u>

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os pagamentos mínimos das locações financeiras relativos a equipamentos de transporte detalham-se conforme quadro abaixo (mCVE):

	2019	2018
Rendas		
Até 1 ano	3.958	2.175
Mais de 1 ano	(2.608)	2.812
	<u>1.350</u>	<u>4.987</u>
Valor residual	-	-
(mCVE)	<u>1.350</u>	<u>4.987</u>

9. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a afetação dos investimentos e outros ativos a contratos de seguro, pode ser resumida da seguinte forma:

	2019			Total
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			156.566	156.566
Ativos financeiros disponíveis para venda	73.935	372.798	13.847	460.580
Empréstimos concedidos e contas a receber	313.976	778.035	5.705	1.097.716
Terrenos e edifícios	64.484	440.075	244.329	748.888
Outros ativos tangíveis	-	-	135.066	135.066
(mCVE)	452.395	1.590.908	555.513	2.598.816

	2018			Total
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			155.228	155.228
Ativos financeiros disponíveis para venda	43.009	328.587	10.538	382.135
Empréstimos concedidos e contas a receber	332.487	517.756	71.189	921.432
Terrenos e edifícios	66.140	445.241	189.259	700.640
Outros ativos tangíveis	-	-	134.682	134.682
(mCVE)	441.637	1.291.584	560.896	2.294.117

10. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de “Outros ativos intangíveis” foi o seguinte:

	2019								
	Saldos em 31.12.2018		Transferência de ativos intangíveis		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas c/ Aplicações Informáticas	53.954	(51.149)	-	-	13.990	(2.264)	67.945	(53.413)	14.532
Adquiridos a terceiro	4.059	(1.254)				(1.353)	4.059	(2.608)	1.452
Desenvolvimento interno	49.895	(49.895)	-		13.990	(910)	63.885	(50.805)	13.080
Ativos intangíveis em curso	20.496	-	(2.294)	-	(1.816)	-	16.385	-	16.385
Despesas de desenvolvimento	9.581	-	(2.294)	-	(1.816)	-	5.471	-	5.471
Despesas em Aplicações Informáticas	7.336	-		-		-	7.336	-	7.336
Outros	3.578	-					3.578	-	3.578
Outros ativos intangíveis			-				-	-	-
	74.450	(51.149)	(2.294)	-	12.174	(2.264)	84.329	(53.413)	30.917
									(mCVE)

	2018								
	Saldos em 31.12.2017		Transferência de ativos intangíveis		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas c/ Aplicações Informáticas	49.941	(49.908)	4.013	-	-	(1.242)	53.954	(51.149)	2.805
Adquiridos a terceiro	46	(13)	4.013			(1.242)	4.059	(1.254)	2.805
Desenvolvimento interno	49.895	(49.895)					49.895	(49.895)	(0)
Ativos intangíveis em curso	9.816	-	(4.013)	-	14.693	-	20.496	-	20.496
Despesas de desenvolvimento	6.238	-	(4.013)	-	7.357	-	9.581	-	9.581
Despesas em Aplicações Informáticas	-	-		-	7.336	-	7.336	-	7.336
Outros	3.578	-					3.578	-	3.578
	59.757	(49.908)	-	-	14.693	(1.242)	74.450	(51.149)	23.301
									(mCVE)

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DE ATIVO

O movimento dos ajustamentos nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019		
	Saldos em 31-12-2018	Variação por resultados Provisões	Saldos em 31-12-2019
Provisão para recibos por cobrar (Nota 33)	57.835	(14.809)	43.026
Provisão para recibos por cobrança duvidosa (Nota 33)			
Outros devedores	36.551	5.782	42.333
	36.551	5.782	42.333
Provisão para riscos e encargos			
Impostos	2.586	10.726	13.312
	2.586	10.726	13.312
	96.972	1.699	98.671 (mCVE)
	2018		
	Saldos em 31-12-2017	Variação por resultados Provisões	Saldos em 31-12-2018
Provisão para recibos por cobrar (Nota 33)	35.404	22.431	57.835
Provisão para recibos por cobrança duvidosa (Nota 33)			
Outros devedores	38.760	(2.209)	36.551
	38.760	(2.209)	36.551
Provisão para riscos e encargos			
Impostos	-	2.586	2.586
Outras	3.685	(3.685)	-
	3.685	(1.098)	2.586
	77.849	19.123	96.972 (mCVE)

12. PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Vida	197.208	(43.304)	153.904	148.556	(36.194)	112.361
Vida Risco	106.394	(43.304)	63.091	85.094	(36.194)	48.900
Plano Poupança Reforma/Educação	90.814	-	90.814	63.462	-	63.462
Ramo não vida	1.535.412	(673.328)	862.084	1.350.504	(525.053)	825.451
Acidentes e Doença	243.045	(70.406)	172.639	216.691	(54.682)	162.009
Incêndio e Outros Danos	316.034	(276.994)	39.040	218.005	(172.418)	45.588
Automóvel	771.614	(163.625)	607.990	711.466	(154.180)	557.285
Transportes	90.718	(62.992)	27.725	93.388	(60.054)	33.333
Responsabilidade Civil Geral	100.287	(99.312)	976	91.982	(83.719)	8.263
Diversos	13.714	-	13.714	18.973	-	18.973
Total de prémios	1.732.620	(716.632)	1.015.988	1.499.060	(561.247)	937.812

(mCVE)

As responsabilidades assumidas pela Companhia com os produtos Vida Risco, até 2018, eram reconhecidas pelo registo nas provisões matemáticas. A partir de 2019, a Companhia passou a reconhecer estas mesmas responsabilidades na rubrica da provisão para prémios não adquiridos.

A variação da provisão para prémios não adquiridos para o exercício de 2019 e 2018 apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Vida	14.605	8.946	5.659	-	-	-
Não Vida	43.248	29.100	14.148	5.603	(12.166)	17.768
Acidentes e Doença	2.419	2.129	290	2.253	2.049	204
Incêndio e Outros Danos	20.706	16.900	3.806	(1.368)	(1.296)	(71)
Automóvel	19.917	3.693	16.223	13.847	2.692	11.155
Transportes	416	123	293	(1.202)	(1.482)	280
Responsabilidade Civil Geral	1.509	6.255	(4.746)	(10.300)	(14.129)	3.829
Diversos	(1.718)	-	(1.718)	2.372	-	2.372
Total de prémios	57.854	38.046	19.807	5.603	(12.166)	17.768

(mCVE)

13. COMISSÕES E PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS RECEBIDAS DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Vida	37.386	6.554
Vida Risco	37.386	6.554
Plano Poupança Reforma/Educação	0	0
Não Vida	144.105	134.909
Acidentes e Doença	23.360	14.781
Incêndio e Outros Danos	45.300	38.037
Automóvel	48.417	49.879
Transportes	18.389	22.297
Responsabilidade Civil Geral	8.640	9.915
Total	181.491	141.462
		(mCVE)

14. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2019			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			3.523	3.523
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.007	1.615		2.622
Empréstimos e contas a receber	4.983			4.983
Depósitos à ordem em instituições de crédito	7.613			7.613
	13.602	1.615	3.523	18.741
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			9.009	9.009
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.271	398		1.669
Empréstimos e contas a receber	6.640			6.640
Depósitos à ordem em instituições de crédito	17.341			17.341
	25.252	398	9.009	34.658
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			3.388	3.388
Empréstimos e contas a receber	284			284
	284	-	3.388	3.671
(mCVE)	39.138	2.013	15.919	57.070

	2018			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			3.982	3.982
Ativos financeiros disponíveis para venda	688	1.787		2.475
Empréstimos e contas a receber	3.816			3.816
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10.106			10.106
	14.610	1.787	3.982	20.379
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			9.009	9.009
Ativos financeiros disponíveis para venda	631	4.647		5.278
Empréstimos e contas a receber	7.478			7.478
Depósitos à ordem em instituições de crédito	14.977			14.977
	23.086	4.647	9.009	36.742
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios (Nota 7)			2.205	2.205
Empréstimos e contas a receber	284			284
	2.121	147	2.205	4.473
(mCVE)	39.817	6.580	15.196	61.593

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

No exercício de 2019, a Companhia procedeu à reavaliação dos terrenos e edifícios de rendimento, registando ganhos e perdas potenciais (Nota 7).

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos, apresentam a seguinte composição (mCVE):

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios	164	(1.821)	(1.657)	2.302	-	2.302
	164	(1.821)	(1.657)	2.302	-	2.302
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida						
Terrenos e edifícios	2.088	(1.934)	155	9.048	-	9.048
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(2)	(2)	-	-	-
	2.088	(1.936)	153	9.048	-	9.048
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios	2.025	(2.273)	(248)	8.830	(790)	8.040
	2.025	(2.273)	(248)	8.830	(790)	8.040
(mCVE)	4.277	(6.029)	(1.752)	20.180	(790)	19.390

16. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDAS E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Estas rubricas refletem, entre outros, a variação no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento (Notas 7 e 15).

17. GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Tanto em 2019 como em 2018, a Companhia registou uma perda líquida com as diferenças cambiais. A perda foi de 0,23 mCVE em 2019 e de 0,203 mCVE em 2018 (Nota 36).

18. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os custos de financiamento incluem juros de depósitos recebidos de resseguradores e de ativos em locação financeira (Nota 19).

Apresentam o seguinte detalhe de juros suportados:

	2019	2018
Juros suportados		
Depósitos recebidos de resseguradores	4.983	5.355
Ativo em locação financeira	196	479
Ativos em locação operacional	131	-
(mCVE)	5.310	5.835

19. GASTOS DIVERSOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2019 e 2018, os gastos diversos apresentam a seguinte composição por natureza:

	2019	2018
Gastos com pessoal (Nota 20)	264.393	244.876
Fornecimentos e serviços externos:		
Eletricidade	11.671	10.407
Combustíveis	2.940	2.682
Água	689	803
Impressos	3.005	3.855
Material de escritório	6.519	6.030
Livros, documentação técnica e outras publicações	141	30
Artigos para oferta	323	709
Conservação e reparação	14.704	18.394
Rendas e alugueres	908	10.059
Despesas de representação	1.012	578
Comunicação	13.439	13.676
Deslocações e estadas	13.235	10.509
Seguros	2.789	2.313
Custos com trabalho independente	1.830	723
Publicidade e propaganda	19.776	24.633
Limpeza, higiene e conforto	4.031	4.398
Contencioso e notariado	106	1.872
Vigilância e segurança	5.140	5.274
Trabalhos especializados	52.342	50.563
Quotizações (da atividade)	1.948	4.044
Refeições no local de trabalho	3.134	2.597
Gastos com cobrança de prémios	3.742	4.638
Gastos com condomínios	5.366	4.333
Formação de mediadores	3.814	4.269
Licenças de software	7.643	1.410
Prevenção	1.687	1.441
Outros fornecimentos e serviços	1.821	3.282
(mCVE)	183.756	193.521

	2019	2018
Impostos e taxas		
Imposto sobre o valor acrescentado	411	-
Imposto de selo	73	16
Taxa para o Banco de Cabo Verde	13.697	11.034
Fundo de garantia automóvel	4.836	7.763
Outros	2.768	3.364
	<u>21.785</u>	<u>22.178</u>
Depreciações e amortizações do exercício		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 7)	7.062	7.031
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	26.540	20.439
Ativos intangíveis (Nota 10)	2.264	1.242
Terrenos e Edifícios em locação operacional	8.330	-
Out. Equipamentos em locação Operacional	606	-
	<u>44.801</u>	<u>28.712</u>
Outros custos		
Outras Provisões	-	-
Juros Suportados (Nota 18)	5.310	5.835
Comissões	2.154	861
	<u>7.464</u>	<u>6.696</u>
Total de custos por natureza	<u>522.199</u>	<u>495.984</u>

(mCVE)

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas, incluindo os custos de aquisição diretos e custos imputados, apresentam o seguinte detalhe:

	2019			Total
	Técnica vida	Técnica não vida	Não técnica	
Custos de aquisição				
Custos imputados	9.735	115.383	-	125.118
Comissões diferidas	(489)	(861)	-	(1.350)
Comissões de mediação	2.710	26.396	-	29.106
	<u>11.957</u>	<u>140.918</u>	<u>-</u>	<u>152.874</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	28.596	263.575	-	292.171
Gastos com investimentos				
Custos imputados	3.096	10.040	836	13.972
Custos com sinistros - Pagos				
Custos imputados	974	89.964	-	90.938
Total dos custos de exploração	<u>44.623</u>	<u>504.497</u>	<u>836</u>	<u>549.955</u>

(mCVE)

	2018			
	Técnica vida	Técnica não vida	Não técnica	Total
Custos de aquisição				
Custos imputados	7.385	118.678		126.063
Comissões diferidas	-	(489)		(489)
Comissões de mediação	1.767	23.503	-	25.270
	9.153	141.692	-	150.844
Gastos administrativos				
Custos imputados	21.971	249.724	-	271.695
Gastos com investimentos				
Custos imputados	3.169	9.801	1.195	14.165
Custos com sinistros - Pagos				
Custos imputados	114	83.945	-	84.060
Total dos custos de exploração	34.408	485.162	1.195	520.765
				(mCVE)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, os encargos relacionados com juros das locações apresentam a seguinte composição:

	Locação Financeira		Locação Operacional	
	2019	2018	2019	2018
Terrenos e Edifícios	0	0	129	0
Equipamento Informático	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	3	0
Materiais de Transporte	196	479	0	0
(mCVE)	196	479	131	0

E os encargos relacionados com o IFRS 16 foram:

	Depreciação dos Ativos do Direito de Uso	Despesas Relativas a Locações de Curta Duração
Terrenos e Edifícios	8.330	
Outros Equipamentos		606
(mCVE)	8.330	606

20. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2019	2018
Remunerações		
Órgãos sociais	13.027	12.632
Pessoal	136.523	124.203
Subsídios	35.441	32.460
Encargos sobre remunerações	30.068	29.437
Prémio de produtividade	16.500	14.921
Cursos de formação de colaboradores	4.101	5.006
Gastos de ação social	11.110	11.083
Seguros obrigatórios	490	479
Outros gastos com o pessoal	17.134	14.655
	<u>264.393</u>	<u>244.876</u>

Em 2019 e 2018, o número de trabalhadores, por categorias, é o seguinte:

	2019	2018
Administradores executivos	3	3
Diretores	9	9
Chefias	13	12
Técnicos	36	37
Administrativos	38	36
Pessoal auxiliar	38	31
Estagiários profissionais	10	10
	<u>122</u>	<u>114</u>

21. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

22. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Companhia está sujeita ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	2019	2018
Ativos por impostos correntes		
Imposto Único sobre os Rendimentos		
Entregas por conta	(6.026)	(6.563)
Retenções na fonte	6.026	6.563
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento		
Imposto do selo	(22.455)	(20.791)
Taxa do Banco de Cabo Verde	(3.612)	(2.617)
Fundo de Garantia Automóvel	(11.091)	(7.730)
Retenções na fonte	(11.695)	(17.008)
Contribuições para a segurança social	(3.379)	(3.174)
Imposto sobre o valor acrescentado	(1.141)	(457)
	(53.372)	(51.777)
	(53.372)	(51.777)
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	(54.686)	(44.862)
	(54.686)	(44.862)

Em 2018, não houve movimento nas rubricas de impostos diferidos. Em 2019, houve movimentos de correção, no total de 14.582 mCVE, referentes ao imposto diferido das TCMF e da reavaliação das ações do Banco Comercial do Atlântico:

	Saldo em 31.12.2018	2019		Saldo em 31.12.2019
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(42.876)	(9.824)	-	(52.700)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)			(1.986)
(mCVE)	(44.862)	(9.824)	-	(54.686)

	Saldo em 31.12.2017	2018		Saldo em 31.12.2018
		Capital Próprio	Varição em Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(42.876)	-	-	(42.876)
Ajustamentos de transição para PCES (mCVE)	(1.986)	-	-	(1.986)
	(44.862)	-	-	(44.862)

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados da seguinte forma:

	2019	2018
Impostos correntes do exercício	49.236	49.908
Total de impostos em resultados	49.236	49.908
Lucro antes de impostos	219.410	195.763
Carga fiscal	22,44%	25,49%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, verificada nos exercícios de 2019 e 2018, é demonstrada no quadro abaixo:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		219.410		195.763
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	49.236	25,50%	49.920
Diferenças definitivas a acrescentar				
Outros	0,00%		(0,01%)	(12)
Imposto sobre lucros do exercício	22,44%	49.236	25,49%	49.908
				(mCVE)

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os dividendos pagos por entidades admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde encontram-se isentos de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei n.º 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Companhia durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal,

eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o capital da Companhia está representado por 200.000 ações, com valor nominal de dois mil Escudos de Cabo Verde, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido pelas seguintes entidades:

	2019		2018	
	%	Número de Ações	%	Número de Ações
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	55,895	111.789	55,895	111.789
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	25,000	50.000	25,000	50.000
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, E.P.	12,190	24.380	12,190	24.380
CCV - Correios de Cabo Verde, S.A.	4,500	9.000	4,500	9.000
Trabalhadores	2,416	4.831	2,416	4.831
	100,00	200.000	100,00	200.000

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 02 de março de 2019, foi deliberado que o resultado estatutário de 2018 fosse aplicado da seguinte forma (mCVE):

2018	
Aplicação de resultados do exercício	
Reserva legal	14.585
Dividendos	87.513
Outras reservas	43.756
(mCVE)	145.855

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 31 de março de 2018, foi deliberado que o resultado estatutário de 2017 fosse aplicado da seguinte forma:

2017	
Aplicação de resultados do exercício	
Reserva legal	12.194
Dividendos	73.166
Outras reservas	36.583
(mCVE)	121.943

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição (mCVE):

	2019	2018
Reservas de reavaliação:		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	243.697	168.177
- Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(54.686)	(42.862)
	<u>189.012</u>	<u>125.315</u>
Outras reservas		
- Reserva legal	182.472	167.887
- Reserva estatutária	381.339	337.583
- Outras reservas	14.709	14.709
	<u>578.520</u>	<u>520.178</u>
Resultados transitados reportado	19.487	19.487
Correção de saldos de períodos anteriores	-	-
Resultados transitados	19.487	19.487
Resultado do exercício	<u>170.174</u>	<u>145.855</u>
(mCVE)	<u>957.193</u>	<u>810.835</u>

25. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação em 2019 e 2018 é de:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício (mCVE)	170.174	145.855
Nº médio de ações em circulação	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Resultado por ação (mCVE)	0,851	0,729

26. DIVIDENDOS POR AÇÃO

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos relativos ao resultado líquido obtido em 2018 e 2017, respetivamente, conforme apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Dividendo distribuído referente ao lucro de		
Resultado líquido atribuído (mCVE)	87.513	73.166
Nº ações	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Dividendos por ação (Escudos)	<u>437,564</u>	<u>365,830</u>

27. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Companhia as empresas do Grupo Fidelidade, outros acionistas relevantes (Grupo Caixa Geral de Depósitos e o Estado de Cabo Verde) e os órgãos de gestão.

	2019											Total
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun					Grupo CGD			
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistência	Fidelidade	Multicare	Fidelidade Angola	GEP Cabo Verde	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	
Ativo												
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	117.652	10.126	0	127.778
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	1.250	0	0	0	1.250
Activos disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	320.020	0	0	320.020
Empréstimos e contas a receber	67.893	0	0	0	0	0	0	0	235.997	0	0	303.890
Provisões Técnicas parte Ressegurador	0	0	0	4.768	88.479	0	0	0	0	0	0	93.247
Provisão para Sinistros	0	0	0	0	72.659	0	0	0	0	0	0	72.659
PPNA	0	0	0	4.768	15.820	0	0	0	0	0	0	20.588
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	37.173	49	308	533	18.166	0	15.227	611	31.967	880	0	104.913
Contas a receber por operações de seguro directo	35.332	4	65	0	0	0	0	0	915	880	0	37.196
Contas a receber por outras operações de resseguro	0	0	0	0	11.594	0	0	0	0	0	0	11.594
Contas a receber por outras operações	1.841	45	243	533	6.572	0	15.227	611	31.052	0	0	56.124
	105.066	49	308	5.301	106.644	0	15.227	1.861	705.634	11.006	0	951.097

	2019											Total
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun					Grupo CGD			
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistência	Fidelidade	Multicare	Fidelidade Angola	GEP Cabo Verde	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	
Passivo												
Provisão para sinistros	0	0	0	0	0	0	0	-17	0	0	0	-17
Depósitos recebidos de resseguradores	0	0	0	0	-13.833	0	0	0	0	0	0	-13.833
Custos de aquisição diferidos	0	0	0	0	-3.583	0	0	0	0	0	0	-3.583
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-1.841	-11.463	346	-342	0	-621	-152	0	-4.184	0	0	-18.258
Contas a pagar por operações de seguro directo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contas a pagar por outras operações de resseguro	0	0	0	-342	0	-621	0	0	0	0	0	-963
Contas a pagar por outras operações	-1.841	-11.463	346	0	0	0	-152	0	-4.184	0	0	-17.294
	-1.841	-11.463	346	-342	-17.416	-621	0	0	-4.184	0	0	-35.674

	2019											
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun				Grupo CGD			Total	
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistência	Fidelidade	Multicare	Fidelidade Angola	GEP Cabo Verde	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico		A Promotora
Resultado												0
												0
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	60.463	39.946	49.991	0	0	0	0	0	616.976	147.965	4.998	920.339
Prémios de resseguro cedido	0	0	0	36.633	156.710	802	0	0	0	0	0	194.146
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	0	0	0	0	-40.707	0	0	5.944	0	0	0	-34.763
Montantes pagos	0	0	0	0	-29.798	0	0	0	0	0	0	-29.798
Montantes brutos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	-29.798	0	0	0	0	0	0	-29.798
Variação Prov. p/ Sinistros	0	0	0	0	-10.909	0	0	5.944	0	0	0	-4.965
Montantes brutos	0	0	0	0	0	0	0	5.944	0	0	0	5.944
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	-10.909	0	0	0	0	0	0	-10.909
Variação da provisão para prémios não adquiridos	0	0	0	-1.064	1.915	0	0	0	0	0	0	851
Custos de aquisição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos administrativos	720	2.610	0	0	-3.099	0	-324	-1.322	-185	0	14.133	12.533
Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	0	0	-10.474	-49.640	0	0	0	0	0	0	-60.114
Rendimentos	2.277	0	0	0	0	0	0	-138	1.756	6.789	0	10.685
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	63.461	42.555	49.991	25.094	65.179	802	-324	4.485	618.547	154.754	19.132	1.043.676

	2018											
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun				Grupo CGD			Total	
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistência	Fidelidade	Multicare	Fidelidade Angola	GEP	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico		A Promotora
Ativo												
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	0	0	0	0			0	127.111	10.768	0	137.879
Activos disponíveis para venda	48.826	0	0	0	0			1.250	243.557	0	38.551	332.185
Empréstimos e contas a receber	23.768	0	0	0	0			0	0	0	0	23.768
Provisões Técnicas parte Ressegurador	0	0	0	3.704	79.485			0	0	0	0	83.189
Provisão para Sinistros	0	0	0	0	61.750			0	0	0	0	61.750
PPNA	0	0	0	3.704	17.735			0	0	0	0	21.439
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31.007	184	88	85	4.645			0	28.004	917	-75	64.855
Contas a receber por operações de seguro directo	31.007	-11	88	0	0			0	1.947	917	-75	33.873
Contas a receber por outras operações	0	195	0	85	4.645			0	25.271	0	0	30.197
	103.602	184	88	3.789	84.130			1.250	398.671	11.685	38.476	641.876

	2018									
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun			Grupo CGD			
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistencia	Fidelidade ²	GEP	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	Total
Passivo										
Depósitos recebidos de resseguradores	0	0	0	0	-8.681	0	0	0	0	-8.681
Custos de aquisição diferidos	0	0	0	0	-4.014	0	0	0	0	-4.014
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-446	0	-220	-937	-20.200	0	-1.853	0	0	-23.657
Contas a pagar por operações de seguro directo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contas a pagar por outras operações de resseguro	0	0	0	-937	-20.200	0	0	0	0	-21.138
Contas a pagar por outras operações	-446	0	-220	0	0	0	-1.853	0	0	-2.519
	-446	0	-220	-937	-32.895	0	-1.853	0	0	-36.351

	2018									
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun			Grupo CGD			Total
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistencia	Fidelidade	GEP	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	
Resultado										
										0
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	90.842	2.296	2.501	0	0	0	28.274	18.490	174	142.578
Prémios de resseguro cedido	0	0	0	29.344	147.395	0	0	0	0	176.739
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	0	0	0	0	-40.299	0	0	0	0	-40.299
Montantes pagos	0	0	0	0	-30.319	0	0	0	0	-30.319
Montantes brutos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	-30.319	0	0	0	0	-30.319
Variação Prov. p/ Sinistros	0	0	0	0	-9.980	0	0	0	0	-9.980
Montantes brutos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	-9.980	0	0	0	0	-9.980
Variação da provisão para prémios não adquiridos	0	0	0	-966	561	0	0	0	0	-405
Custos de aquisição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos administrativos	720	3.687	0	0	-2.546	0	3.897	0	11.659	17.417
Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	0	0	-8.242	-35.952	0	0	0	0	-44.193
Rendimentos	1.405	0	0	0	0	0	5.018	13.613	0	20.037
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	92.967	5.983	2.501	20.135	69.160	0	37.189	32.103	11.833	271.873

Órgãos de gestão

Em 2019, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Companhia ascenderam a 18.738 mCVE (18.261 mCVE no exercício de 2018).

A 31 de Dezembro de 2019, a Garantia tinha 3 Administradores Executivos e 2 Administradores Não Executivos. A 31 de Dezembro de 2018 tinha, também, 3 Administradores Executivos e 2 Administradores Não Executivos.

28. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se apresentada em separado.

29. COMPROMISSOS

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis, para além dos contratos de locação.

30. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não tem quaisquer passivos contingentes adicionais para além dos passivos contingentes relacionados com a atividade normal da Companhia (sinistros).

31. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não tinha assumido qualquer compromisso por garantias prestadas, para além das que decorrem da atividade corrente, nomeadamente, dos seguros do ramo Caução.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

De seguida, são apresentadas algumas notas adicionais não obrigatórias (Notas 33 e seguintes), com o objetivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Garantia em 31 de dezembro de 2019.

33. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

	2019	2018
Recibos por cobrar		
Ramo automóvel	34.030	43.710
Ramo acidentes de trabalho	3.554	5.212
Outros ramos	106.962	77.244
	<u>144.547</u>	<u>126.166</u>
Reembolsos de sinistros		
Ramo automóvel - IDS credor		
Ramo automóvel	3.657	2.130
Reembolsos emitidos de outros ramos	35.806	35.754
	<u>39.463</u>	<u>37.884</u>
Mediadores		
Comissões a receber	182	254
Contas correntes	1.837	18
	<u>2.019</u>	<u>273</u>
Devedores por operações de seguro direto (valor bruto)	<u>186.029</u>	<u>164.323</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 11)	<u>(43.026)</u>	<u>(57.835)</u>
Devedores por operações de seguro direto (valor líquido)	<u>143.003</u>	<u>106.488</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	60.487	58.884
Contas a receber por outras operações de resseguro (valor bruto)	60.487	58.884
Contas a receber por outras operações de resseguro (valor líquido)	60.487	58.884
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	102.481	130.646
Pessoal	21.403	23.641
Contas a receber por outras operações (valor bruto)	<u>123.883</u>	<u>154.287</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	<u>(42.333)</u>	<u>(36.551)</u>
Contas a receber por outras operações (valor líquido)	<u>81.551</u>	<u>117.737</u>
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	<u>285.040</u>	<u>283.108</u>
		(mCVE)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros Devedores” apresenta o seguinte detalhe por entidade:

	2019
Fidelidade Angola-Seg SA (Ex-Universal Seguros)	15.227
Flaviano de Jesus Galina Monteiro	8.522
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS	6.572
Rádio Televisão Cabo-verdiana	6.520
Fernando Frazão Silva	6.000
Forças Armadas de Cabo Verde	4.444
Hiper Peças Lda	4.054
ÉVORA SERVICE LDA	3.683
MILENIO TOUR	3.000
MSF - ENGENHARIA S.A.	2.779
Outros	41.680
(mCVE)	102.481

	2018
Banco Comercial do Atlântico	25.271
Fidelidade Angola	14.822
Flaviano de Jesus Galina Monteiro	8.522
Fernando Frazão Silva	6.000
Évora Service, Lda	4.694
Forças Armadas de Cabo Verde	4.462
Rádio Televisão Cabo-verdiana	3.701
Traveltur - Agência de Viagens e Turismo	3.645
Mundialtour, S.A.R.L.	3.020
Milénio Tour	3.000
Outros	53.508
(mCVE)	130.646

Mensalmente, a Companhia efetua o cálculo da provisão para os valores por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 11). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2019						Total
	< 30 dias	30 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 ano	> 365 dias	Perdas por imparidade	
Vida	1.083	712	725	864	3.237	(850)	5.772
Não Vida							
Acidentes e Doenças	1.855	2.324	2.471	2.280	6.048	(4.509)	10.468
Incendio e Outros Danos	5.413	5.505	37.327	214	8.593	(15.510)	41.542
Automovel	7.356	246	519	2.612	23.300	(8.337)	25.697
Transportes	1.811	115	446	1.205	15.629	(11.420)	7.786
Responsabilidade Civil Geral	4.673	7.205	30	928	-	(2.377)	10.459
Diversos	-	-	16	9	23	(23)	24
	21.108	15.395	40.808	7.247	53.594	(42.176)	95.976
	22.191	16.107	41.533	8.112	56.830	(43.026)	101.748 (mCVE)

	2018						Total
	< 30 dias	30 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 ano	> 365 dias	Perdas por imparidade	
Vida	1.165	2.578	5.585	743	2.368	(4.443)	7.996
Não Vida							
Acidentes e Doenças	3.294	2.467	1.764	1.632	5.967	(4.557)	10.566
Incendio e Outros Danos	3.716	1.742	3.974	444	16.860	(18.600)	8.136
Automovel	13.496	265	375	2.512	27.066	(17.674)	26.040
Transportes	2.689	170	734	525	14.856	(10.921)	8.052
Responsabilidade Civil Geral	508	7.553	205	1.006	528	(1.590)	8.210
Diversos	32	47	-	-	23	(50)	52
	23.735	12.244	7.051	6.118	65.300	(53.392)	61.056
	24.900	14.822	12.636	6.861	67.667	(57.835)	69.052 (mCVE)

34. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas têm a seguinte composição (em mCVE):

	2019	2018
Mediadores		
Conta corrente	6.666	2.818
Comissões a pagar	-1.642	274
Comissões a receber	-	0
	<u>5.024</u>	<u>3.091</u>
Tomadores de seguro		
Estornos a pagar	23.692	23.388
Prémios recebidos antecipadamente	98.991	55.983
Outros	595	300
	<u>123.279</u>	<u>79.670</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto	<u>128.303</u>	<u>82.762</u>
Contas correntes de resseguradores	76.964	62.354
Contas a pagar por outras operações de resseguro	<u>76.964</u>	<u>62.354</u>
Fornecedores	27.666	33.951
Pessoal	1.480	763
Outros credores	41.830	72.454
Contas a pagar por outras operações	<u>70.977</u>	<u>107.168</u>
	<u>276.243</u>	<u>252.284</u>
		(mCVE)

A rubrica “Outros Credores” apresenta a seguinte composição:

	2019
Radio Televisão Cabo-verdiana	4.615
Banco Comercial do Atlântico	3.434
Associação do Condomínio do Edifício Chã de Areia	1.362
Rui Conceição	1.213
Ilha Mítica Média Press	325
Asseco PST Portugal	232
Incenteia	214
SIS-Informática, Lda.	187
JMT Auto's	174
Praiatur Agência de Viagens	157
Outros	29.918
	<u>41.830</u>

	2018
I2S - Informática e Serviços, S.A.	7.748
Cabo Verde Motors	5.480
Portexictos	4.975
Radio Televisão Cabo-verdiana	4.083
Hospital Agostinho Neto	2.842
Tipografia Santos	1.909
Ministério da Saúde	1.307
Enacol, S.A.	944
Retângulo	931
Outros	42.236
(mCVE)	72.454

35. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Acréscimos de proveitos		
Outras Rendas	405	-
	405	-
Gastos diferidos		
Publicidade e propaganda	689	2.280
Seguros	1.417	1.959
Outros	3.031	3.827
	5.137	8.065
	5.542	8.065
Passivo		
Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídio de férias	32.483	27.716
Prémio de produtividade a pagar	16.500	17.309
Fornecimentos e Serviços Externos	15.855	15.486
Outros acréscimos de custos	6.877	10.375
	71.715	70.885
		(mCVE)

36. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros Proveitos e Ganhos apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Rendimentos e ganhos não correntes	6.152	496
Outros	5	496
Rendimentos e ganhos financeiros	5.766	9.028
Juros obtidos (de mora, compensatórios, de acordos)	998	1.828
Diferenças de cambio favoráveis	0	7.200
Ganhos em outros ativos tangíveis	3.964	2.003
Outros	1.007	571
Total de outros proveitos e ganhos não técnicos	16.888	12.098

(mCVE)

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros Custos e Perdas apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Outros custos técnicos	0	45
Relativo ao ramo não vida	0	45
Outros	0	45
Custos não técnicos	19.467	44.396
Gastos e perdas não correntes	9.486	8.845
Donativos	1.570	2.128
Mecenato (patrocínio a associações sociais/culturais)	4.912	5.792
Ofertas a Clientes	0	0
Multa e Penalidade	5	22
Outros Custos e Perdas Extraordinários	2.999	903
Custos e Perdas Financeiros	5.407	10.533
Juros Suportados	337	0
Diferenças Cambiais Desfavoráveis	23	7.404
Outros Custos e Perdas Financeiras	2.279	3.130
Ajustamentos do exercício	1.699	25.017
Ajustamentos de recibos por cobrar	-14.809	22.431
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	5.782	0
Outros	10.726	2.587
Perdas em outros ativos tangíveis	2.875	0
Outros	24.371	3.053
Total outros custos não técnicos	43.838	47.494

(mCVE)

38. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Em 2018, nesta rubrica estavam registados 2 terrenos no Sal, sendo um avaliado em 4.000 mCVE (lote n.º 1, quarteirão 1, zona Ribeira Feijoal, Espargos) e outro avaliado em 3.792 mCVE (lote n.º 1, quarteirão 3, zona industrial). Em 2019, estes terrenos foram transferidos para a conta terrenos de investimentos e não afetos e, simultaneamente, reavaliados passando a estar reconhecidos com o valor de 3.627 mCVE e 3.792 mCVE, respetivamente.

39. CUSTO COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os custos com sinistros líquidos de resseguro apresentam as seguintes composições:

	2019							
	Seguro Directo				Parte do Ressegurador			Líquido
	Sinistros pagos	Custos de gestão imputados	Sub-total	Variação de provisão para sinistros	Total de Seguro Directo	Sinistros pagos	Variação de provisão para sinistros	
Vida	48.227	974	49.202	11.564	60.766	17.500	6.750	36.516
Vida Risco	28.395	974	29.369	11.564	40.934	17.500	6.750	16.684
Plano Poupança Reforma/Educação	19.832	0	19.832	0	19.832	0	0	19.832
Nao Vida	407.455	89.964	497.419	29.465	526.884	110.825	16.097	399.962
Acidentes e Doenças	28.316	26.563	54.880	35.066	89.946	6.566	39.739	43.641
Incendio e Outros Danos	6.722	523	7.245	-3.214	4.031	6.016	-3.748	1.762
Automovel	357.562	41.825	399.386	-21.105	378.281	88.966	-39.337	328.653
Transportes	10.064	3.073	13.137	-1.461	11.676	6.279	-810	6.206
Responsabilidade Civil Geral	4.282	17.222	21.504	20.176	41.680	2.998	20.252	18.430
Diversos	510	758	1.267	2	1.270	0	0	1.270
Total	455.683	90.938	546.621	41.029	587.650	128.325	22.847	436.478

(mCVE)

	2018							
	Seguro Directo				Parte do Ressegurador			Líquido
	Sinistros pagos	Custos de gestão imputados	Sub-total	Variação de provisão para sinistros	Total de Seguro Directo	Sinistros pagos	Variação de provisão para sinistros	
Vida	22.899	114	23.013	1.098	24.111	0	0	24.111
Vida Risco	3.485	114	3.599	1.098	4.696	0	0	4.696
Plano Poupança Reforma/Educação	19.415	0	19.415	0	19.415	0	0	19.415
Nao Vida	431.912	83.945	515.858	-16.096	499.762	124.002	-19.468	395.228
Acidentes e Doenças	19.849	19.138	38.987	21.637	60.624	694	-9.208	69.138
Incendio e Outros Danos	10.769	771	11.540	-17.326	-5.786	7.122	-15.746	2.839
Automovel	379.844	47.541	427.385	-29.185	398.200	101.690	-3.406	299.915
Transportes	11.891	2.480	14.370	-317	14.053	7.205	1.262	5.586
Responsabilidade Civil Geral	9.168	13.065	22.232	9.236	31.468	7.292	7.629	16.546
Diversos	392	952	1.344	-141	1.203	0	0	1.203
Total	454.811	84.060	538.871	-14.998	523.873	124.002	-19.468	419.339

(mCVE)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.361.324 milhares de escudos cabo-verdianos (“mCVE”) e um total de capital próprio de 1.357.193 mCVE, incluindo um resultado líquido de 170.174 mCVE), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização dos Ativos Financeiros de rendimento variável não negociados em mercados ativos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Os Ativos Financeiros disponíveis para venda incluem investimento em ações que se encontram registados ao justo valor no montante de 320.020 mCVE, representando cerca de 9,52% do total do Ativo da Companhia (dos quais 243.697 mCVE referem-se a reserva de reavaliação registada nos Capitais Próprios), conforme divulgado na Nota 5.1 às Demonstrações Financeiras. A valorização deste ativo foi determinada com base em relatório de avaliação realizado por entidade externa, a qual utilizou a metodologia de	Os principais procedimentos de auditoria nesta área resumem-se como segue: <ul style="list-style-type: none">▶ Comparação dos saldos do exercício com os referentes ao exercício anterior e entendimento das razões subjacentes às principais variações (ou ausência de variações);▶ Entendimento dos métodos e pressupostos utilizados no modelo de avaliação e análise da sua consistência, designadamente através da análise da comparação com

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>avaliação na ótica do rendimento. A determinação do justo valor utiliza pressupostos e estimativas de informação financeira prospetiva, para além de outros dados observáveis no mercado relativos a taxas de juro, prémio de risco e inflação. Para o efeito, o avaliador utilizou informação disponibilizada pelo emitente, incluindo os relatórios e contas dos últimos exercícios, informação contabilística mais recente (não auditada), orçamento para 2020 e outra informação de gestão relevante. Não obstante, a utilização de diferentes pressupostos nas projeções ou nas taxas de referência utilizadas poderiam resultar numa estimativa diferente do justo valor apurado.</p> <p>Adicionalmente, na mesma rubrica de Balanço, encontram-se registados outros instrumentos de capital no valor líquido de imparidade de 71.290 mCVE. Assim, o valor de realização destes instrumentos está dependente da evolução futura do valor patrimonial do referido Fundo e das entidades participadas.</p>	<p>a informação financeira prospetiva com os dados históricos do emitente e os dados utilizados no relatório de avaliação do ano anterior;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Envolvimento de especialistas internos em avaliações para apoio na realização dos procedimentos de auditoria nesta área, designadamente na avaliação da razoabilidade dos pressupostos para determinação da taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento na perpetuidade e a revisão dos cálculos aritméticos no relatório de avaliação; ▶ Análise das últimas demonstrações financeiras disponíveis emitidas pelas entidades participadas e teste ao cálculo do valor patrimonial proporcional à percentagem de participação da Companhia; ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

2. Valorização de Outros Ativos Financeiros não negociados em mercados ativos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado na Nota 5.2 às Demonstrações Financeiras, a Companhia detém outros ativos financeiros não negociados em mercados ativos, nomeadamente obrigações de empresas nacionais registadas ao custo amortizado no montante líquido de imparidade de 255.944 mCVE (os quais representam 7,61 % do total do Ativo da Companhia).</p> <p>A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica tendo em conta os indícios de imparidade referidos na Nota 3.2.1). Neste contexto a determinação da existência de perdas por imparidade depende dos pressupostos inerentes à identificação e análise dos eventuais indícios resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia, tendo por base o conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como a estimativa de fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), os quais podem vir a concretizar-se de forma diferente em face de eventos futuros.</p>	<p>Realizámos procedimentos de auditoria nesta área, os quais incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Compreensão dos procedimentos internos da Companhia no processo de determinação de imparidade para ativos financeiros; ▶ No caso das obrigações análise da documentação de suporte relativa ao serviço da dívida no exercício; ▶ Análise da situação financeira dos emitentes através da consulta aos últimos relatórios e contas disponíveis; ▶ Análise da documentação suporte de colaterais e garantias pessoais; ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

3. Valorização de Terrenos e Edifícios

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A Companhia detém Terrenos e Edifícios (de uso próprio e de rendimento) no valor líquido de 748.888 mCVE, os quais representam 22,28 % do total do Ativo. Para aferir a eventual existência de imparidade nos imóveis de uso próprio ou para estimar o justo valor dos imóveis de rendimento foram obtidos relatórios de avaliação realizados por perito avaliador externo profissionalmente qualificado pelo Banco Central de Cabo Verde, tendo sido estabelecido o período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados nas Notas 3.2.3 e 3.2.4 pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante. Assim, a concretização do valor de avaliação determinado pelos peritos independentes está dependente da verificação dos pressupostos utilizados nas respetivas avaliações e da evolução das condições macroeconómicas e do mercado imobiliário.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelo perito avaliador, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos; ▶ Comparação dos valores de mercado utilizados com referências de mercado; ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores; ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

4. Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Cedido

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 4.1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros dos Ramos Não Vida ascendem a 805.548 mCVE (40,19 % do Total do Passivo), tendo sido registadas Provisões para Resseguro Cedido no montante de 323.047 mCVE (taxa de cedência para resseguro de 40,10%). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar e cedência para resseguro por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. De acordo com o Aviso nº 1/2000 do Banco de Cabo Verde, é constituída uma provisão mínima de IBNR correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados. A provisão para sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel engloba provisões matemáticas que têm por objetivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela</p>	<p>Os principais procedimentos de auditoria nesta área resumem-se como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Compreensão dos procedimentos de controlo da Companhia sobre as provisões técnicas e testes à eficácia dos controlos chave identificados; ▶ Procedimentos de revisão analítica para entendimento da evolução anual dos saldos das Provisões e entendimento dos principais fatores que originaram as variações mais significativas; ▶ Apreciação dos relatórios preparados pelos atuários interno e externo; ▶ Apreciação das metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das provisões para sinistros e provisões matemáticas tendo em conta as especificidades dos ramos de seguros, os requisitos regulamentares e as práticas no sector; ▶ Envolvimento de especialistas internos em atuariado para apoio na realização dos procedimentos de auditoria nesta área, designadamente na avaliação da razoabilidade dos métodos e pressupostos atuariais utilizados, incluindo teste aos cálculos aritméticos e apreciação da razoabilidade das projeções dos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Junta Médica, e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica.</p> <p>Adicionalmente, conforme referido na Nota 4.1.5 do Anexo, a Provisão Matemática do ramo Vida ascende a 226.864 mCVE. Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor e é calculada para cada apólice de acordo com as bases atuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de dezembro.</p> <p>Face à natureza da atividade seguradora, as referidas provisões incorporam estimativas com base na informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados.</p>	<p>encargos futuros nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho;</p> <p>► Análise das divulgações efetuadas pela Companhia e da respetiva conformidade com os requisitos contabilísticos aplicáveis.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não



detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ricardo Lopes Pinto - ROC n.º 1579

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas e
Exmo. Conselho de Administração da
GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA

- 1.** O Fiscal Único da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA (“Companhia” ou “Sociedade”), dando cumprimento ao estipulado nos artigos 332º a 337º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 19º do Estatuto, apresenta a V. Exas. o seu Relatório referente ao exercício de 2019.
- 2.** O Fiscal Único procedeu à fiscalização das atividades de gestão da Companhia, através de contactos de carácter informativo com a Comissão Executiva e da revisão das informações financeiras intercalares, bem como do controlo das Atas das reuniões dos órgãos sociais, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerou necessários, nas circunstâncias, e nada tendo observado em contrário às práticas de boa gestão e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
- 3.** O Fiscal Único acompanhou a auditoria das demonstrações financeiras (“Contas”) da Sociedade, constituídas pela Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019, e a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativas ao exercício findo na mesma data, e notas anexas às demonstrações financeiras, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, auditoria efetuada pela Ernst & Young-Audit & Associados-SROC, S.A., de que resultou a emissão de um Parecer de Auditoria, datado de 28 de Fevereiro de 2020, com uma opinião sem reservas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
- 4.** O Fiscal Único apreciou o Relatório de Gestão (“Relatório”) do Conselho de Administração da Companhia e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que a proposta de aplicação dos resultados inclusa está de acordo com o artigo 252º do mesmo Código.
- 5.** Nesta conformidade, o Fiscal Único emite o seu Parecer favorável no sentido de o Relatório e Contas do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2019, e a proposta de aplicação dos resultados, poderem ser aprovados pela Assembleia-geral.
- 6.** Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA a colaboração prestada pela estrutura da Sociedade no exercício das suas atribuições.

Praia, 9 de Março de 2020

O Fiscal Único



Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



GARANTIA
SEGUROS

GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.
Sede Chã de Areia, C.P. 138 Praia, Cabo Verde, NIF: 200110322
Telefone:(238)2608600 Fax:(238)2616117
Capital Social 400.000.000 CVE
garantia@garantia.cv